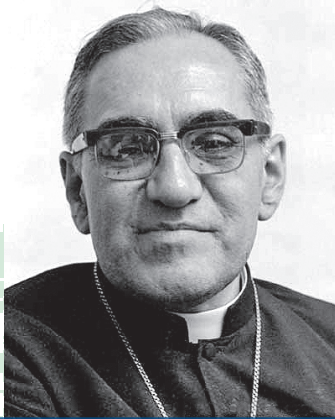


Investigando os crimes da ditadura civil-militar

Como funcionava a repressão

*Por que a América Latina pune os ditadores
e torturadores e o Brasil ainda não?*





O Lançamento do Projeto “Contemos nossa história - Os mecanismos de repressão e perseguição política durante a ditadura - Memória dos trabalhadores metalúrgicos de São Paulo” ocorreu no Dia Internacional do Direito à Verdade para as vítimas de graves violações dos direitos humanos. Esta data foi proclamada pela Assembléia Geral da ONU Organização das Nações Unidas em 21 de dezembro de 2010. O Dia Internacional do Direito à Verdade é uma homenagem a Dom Oscar Romero, Arcebispo de El Salvador assassinado por um comando militar de direita, em 24 de Março de 1980.

Índice

Parte I - Como funcionava a repressão

1. Conversas com o Mr. DOPS - José Paulo Bonchristiano
2. A farsa na morte de Marighella
3. Foto de Herzog enforcado alimentou luta interna entre militares na ditadura
4. A caderneta de Norberto
5. Decretos secretos da ditadura militarizam SNI

Parte II - Por que a América Latina pune os ditadores e torturadores e o Brasil ainda não?

6. A Comissão da Verdade nos bastidores
7. Latinos julgam tiranos da ditadura

Porque investigar, como investigar

Há uma retomada, na sociedade brasileira, da apuração dos crimes cometidos pela ditadura civil-militar contra os trabalhadores e o povo brasileiro. Ainda não é um tema popular, mas há muitas notícias na imprensa, reportagens, memórias de militantes ou familiares dos perseguidos. Neste caderno, colecionamos algumas matérias da imprensa escrita que a maioria da população não tem acesso.

Achamos que, ao mesmo tempo em que pedimos a abertura dos arquivos, necessitamos investigar também, isso significa ouvir os participantes das lutas, seus familiares, recuperar datas e situações, nomes e desenvolver *pesquisas* nesse sentido. As reportagens sobre os centros clandestinos de tortura, as revelações do traidor Cabo Anselmo e outros, a reconstrução de como funcionava a repressão se deve às corajosas denúncias de presos e familiares, alguns ainda enquanto presos, e ao trabalho de profissionais da imprensa e pesquisadores que romperam o cerco da grande mídia e o pacto das elites para abafar as investigações.

Para as classes dominantes, autoridades militares e clubes militares já está resolvido: a Anistia protege os torturadores e mandantes. Mas, para nós, não.

Outro aspecto necessita ser considerado, somente agora a repressão contra as classes trabalhadoras e os movimentos populares começaram a serem pesquisados. Qual era a relação existente entre os órgãos do Estado (as diversas polícias, o Judiciário, os tribunais militares, o SNI), as empresas e os interesses empresariais? Qual era a relação entre a repressão e as embaixadas e consulados de outros países, particularmente os EUA?

Nos anos 70, durante o “milagre brasileiro”, as taxas de crescimento eram garantidas pela paz dos cemitérios no campo e pelo silêncio nas fábricas. Na transição para a chamada democracia, o número de lideranças e trabalhadores rurais assassinados contam-se às centenas. Os assassinatos de companheiros como Nativo da Natividade, Wilson Pinheiros e Chico Mendes nos anos da “abertura” mostraram ao mundo a realidade da opressão no campo. As lutas das Comunidades de Base e dos movimentos populares na cidade ainda necessitam de um registro à altura. Nas grandes cidades e nas concentrações industriais, o movimento operário estava irmanado ao movimento popular, explodindo em reivindicações, novas organizações, jornais e publicações. Um elemento central na desconstrução dos planos da “abertura lenta, gradual e segura” foi a

irrupção das greves de trabalhadores e, particularmente, a entrada da classe operária em cena.

A Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, teve um papel relevante na Grande São Paulo e sua influência se estendeu pelo Brasil. O PROJETO MEMÓRIA DA OSM-SP tem a função de reconstruir essa trajetória. Mas, durante o ano de 2012, tem uma tarefa **a mais**: investigar como se deu a REPRESSÃO CONTRA OS TRABALHADORES NAS FÁBRICAS.

Essa investigação será realizada, como sempre fazemos, reunindo os operários e militantes que participaram das lutas, vale ressaltar que não foram só os metalúrgicos que atuaram na OSM-SP.

Irmanadas estiveram diversas categorias operárias que foram se organizando e lutando. Os professores criaram os Comandos de Greve como forma de organização participativa da base da categoria.

A nossa investigação se complementa com a *pesquisa* nos arquivos existentes. O desmonte da farsa do Riocentro só foi possível com a realização de pesquisa no próprio inquérito, levantando as contradições das informações dos militares sobre a bomba no show do 1º de maio.

Os artigos desse caderno foram divididos em dois blocos. O primeiro busca evidenciar o “modus operandi” da máquina do terror, as simulações das mortes, a militarização do aparato repressivo clandestino e as ligações das empresas com a repressão. O segundo bloco visa mostrar como estão acontecendo os processos de punição dos responsáveis e torturadores das ditaduras nos países da América Latina, além de evidenciar a morosidade na apuração dos crimes da ditadura no Brasil, bem como os impasses na constituição da COMISSÃO DA VERDADE.

A ruptura com essa cultura de *conciliação* só ocorrerá com pressão política dos interessados diretos e formadores de opinião, mas principalmente pela pressão popular. Esperamos estar contribuindo para popularizar a questão.

*Associação Projeto Memória da OSM-SP
São Paulo 24 de março de 2012.*

Parte I - Como funcionava a repressão

- ✓ Conversas com o Mr. DOPS - José Paulo Bonchistiano
- ✓ A farsa na morte de Marighella
- ✓ Foto de Herzog enforcado alimentou luta interna entre militares na ditadura
- ✓ A caderneta de Norberto
- ✓ Decretos secretos da ditadura militarizam SNI

O amigo e cúmplice do Fleury conta como funcionava a máquina da morte. A ligação com as empresas e o cônsul dos EUA

1. Conversas com Mr. DOPS - José Paulo Bonchristiano

Marina Amaral

Agência Pública, 09 de fevereiro de 2012.

Nossa repórter passou mais de 15 horas entrevistando um dos poucos delegados do DOPS ainda vivos, entre os que atuaram nos anos mais duros da ditadura. Enfrentou resistência, informações desencontradas e até um suposto pacto de silêncio – um embate que antecipa os desafios da Comissão da Verdade



Aos 80 anos, José Paulo Bonchristiano conserva o porte imponente

dos tempos em que era o “doutor Paulo”, delegado do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo, “o melhor departamento de polícia da América Latina”, não se cansa de repetir. “O DOPS era um órgão de inteligência policial, fazíamos o levantamento de todo e qualquer cidadão que tivesse alguma coisa contra o governo, chegamos a ter fichas de 200 mil pessoas durante a revolução”, diz, referindo-se ao golpe militar de 1964, que deu origem aos 20 anos de ditadura no Brasil.

Embora esteja aposentado há 27 anos, não há nada de senil em sua atitude ou aparência. Os olhos astutos de policial ainda dispensam os óculos para perscrutar o rosto do interlocutor, endurecendo quando o delegado acha que é hora de encerrar o assunto.

Bonchristiano gosta de dar entrevistas, mas não de responder a perguntas que lancem luz sobre os crimes cometidos pelo aparelho policial-militar da ditadura do qual participou entre 1964 e 1983: prisões ilegais, sequestros, torturas, lesões corporais, estupros e homicídios que, segundo estimativas da Procuradoria da República, vitimaram cerca de 30 mil cidadãos. Destes, 376 foram mortos, incluindo mais de 200 que continuam até hoje desaparecidos.

Os arquivos do DOPS se tornaram públicos em 1992, mas muitos documentos foram retirados pelos policiais quando estavam sob a guarda do então diretor da Polícia Federal e ex-diretor geral do DOPS, Romeu Tuma. Entre os remanescentes estão os laudos periciais falsos, produzidos no próprio DOPS, que transformavam homicídios cometidos pelos agentes do Estado em suicídios, atropelamentos, fugas. No caso dos desaparecidos, os corpos eram enterrados sob nomes falsos em valas de indigentes em cemitérios de periferia.

Globo, Folha, Bradesco – e Niles Bond

Bonchristiano é um dos poucos delegados ainda vivos que participaram desse período, mas ele evita falar sobre os crimes. Prefere soltar o vozeirão para contar casos do tempo em que os generais e empresários o tratavam pelo nome. Roberto Marinho, da Globo, diz, “passava no DOPS para conversar com a gente quando estava em São Paulo”, e ele podia telefonar a Octávio Frias, da Folha de S. Paulo “para pedir o que o DOPS precisasse”. Quando participou da montagem da Polícia Federal em São Paulo, conta, o fundador do Bradesco mobiliou a sede, em Higienópolis: “Nós do DOPS falamos com o Amador Aguiar ele

mandou por tudo dentro da rua Piauí, até máquina de escrever”.

O “doutor Paulo” sorri enlevado ao lembrar dos momentos passados com o marechal Costa e Silva (o presidente que assinou o AI-5 em dezembro de 1968, suspendendo as garantias constitucionais da população). “O Costa e Silva, quando vinha a São Paulo, dizia: ‘Eu quero o doutor Paulo Bonchristiano’”, e imita a voz do marechal – ele adora representar os casos que conta.

“Eu fazia a escolta dele e ele me chamava para tomar um suco de laranja ou comer um sanduíche misto na padaria Miami, na rua Tutóia, vizinha ao quartel do II Exército. Todo mundo querendo saber onde estava o presidente da República, e eu ali”, delicia-se.

Gaba-se de ter sido enviado para “cursos de treinamento em Langley” nos Estados Unidos, pelo cônsul geral em São Paulo, Niles Bond, que admirava a “eficiência” da polícia política paulista. E o chamava de “Mr. Dops”.

Orgulha-se também de outro apelido – “Paulão, Cacete e Bala” – que diz ter saído da boca dos “tiras” quando “caçava bandidos” na RUDI (Rotas Unificadas da Delegacia de Investigação), no início da carreira, com um “tira valente” chamado Sérgio Fleury. Anos depois, os dois se reencontrariam na Rádio Patrulha, de onde saiu a turma do Esquadrão da Morte, levada para o DOPS em 1969, quando Fleury entrou no órgão.

“Polícia é polícia, bandido é bandido”, diz Bonchristiano. “Para vocês de fora é diferente, mas para nós, acabar com marginal é uma coisa positiva. O meu colega Fleury merecia um busto em praça pública”, afirma, sem corar.

O delegado Sérgio Fleury e sua turma de investigadores se celebrizaram por caçar, torturar e matar presos políticos no DOPS, enquanto continuavam a exterminar suspeitos de crimes comuns no Esquadrão da Morte.

Conversas gravadas

No decorrer de nove tardes passadas, entre junho de 2011 e janeiro deste ano, em seu apartamento no Brooklin, no 13º andar de um prédio de classe média alta, aprendi a escutar com paciência os “causos” que “doutor Paulo” narra com humor feroz, até extrair informações relevantes. Repetidas vezes eu as confrontava com livros e documentos e voltava a inquiri-lo; a proposta era que ele se responsabilizasse pelo que dizia.

De certo modo, meu embate com o “doutor Paulo” antecipava as dificuldades que serão enfrentadas pela Comissão da Verdade, [a ser instalada em abril](#) para apurar fatos e responsáveis – sem punição penal prevista – pelas violações de direitos humanos cometidas pelo Estado entre 1946 e 1988, abrangendo o período da ditadura militar. O objetivo da comissão é devolver aos cidadãos brasileiros um passado que ainda não se encerrou, como provam os desaparecidos, e impedir que funcionários públicos sigam mantendo segredo sobre atos praticados a mando do Estado.

A fragilidade da lei em pontos cruciais, porém, provoca ceticismo nas organizações de direitos humanos, em especial ao permitir o sigilo de depoimentos – ferindo o direito à transparência pública –, e ao não prever punições aos responsáveis pelos crimes, nem mesmo medidas coercitivas para os que se recusarem a depor.

“Não vou depor. Acho bobagem”, diz Bonchristiano. “Nunca pratiquei irregularidades, mas não sou dedo duro e não vejo utilidade nessa comissão”, justifica o funcionário público, aposentado aos 53 anos, e que recebe hoje 11 mil reais por mês de pensão.

Minhas conversas com Mr. DOPS renderam 15 horas de gravação que revelam a mentalidade e as conexões políticas dos policiais que atuaram na repressão do governo militar. E provam que os detentores das informações estão por aí – embora continuem ocultando as circunstâncias exatas em que os crimes foram cometidos e os mandantes de cada um deles.

Torturadores e repressores

O nome de Bonchristiano – que significa “bom cristão” e veio de Salerno, Itália – não consta das principais listas de torturadores compiladas por organizações de direitos humanos.

[O Projeto Brasil Nunca Mais](#), um extenso levantamento realizado clandestinamente entre 1979 e 1985 com base nos IPMs (inquéritos policiais militares), é até hoje a principal referência, embora muitas vezes liste apenas os “nomes de guerra” dos torturadores, já que os reais eram desconhecidos das vítimas.

[No tomo II, volume 3](#), “Os funcionários”, Paulo Bonchristiano é citado oito vezes em operações de repressão. Mas seu nome também não consta da chamada [Lista de Prestes](#), de 1978, liberada recentemente pela

viúva do líder comunista, que traz vários nomes completos e os cargos de 233 torturadores denunciados por presos políticos – entre eles 58 policiais do DOPS de São Paulo, 21 deles delegados.

As lacunas dessa história, porém, não permitem descartar a revelação de novos nomes. Entre 1968 e 1976 – o período mais duro da ditadura –, as torturas faziam parte do cotidiano de todos os policiais e militares envolvidos na repressão. O DOPS era “manejado pelos militares como um órgão federal”, como observa o jornalista Percival de Souza no livro “Autópsia do Medo”, do qual o Paulo Bonchristiano participa como fonte e personagem, qualificado como “um dos delegados mais conhecidos do DOPS”.

Nas entrevistas à Pública, o ex-delegado resistiu duas tardes inteiras antes de admitir que se torturava e matava no “melhor departamento de polícia da América Latina” – o que hoje qualquer cidadão pode constatar através dos depoimentos reunidos no “Memorial da Resistência”, museu que desde 2002 ocupa as antigas instalações do DOPS, no centro de São Paulo.

Nem mesmo o fato de Sérgio Fleury ter se celebrizado como torturador impediu Bonchristiano de tentar isentar o órgão: “O Fleury era do DOPS e não era do DOPS, era o homem de ligação do DOPS com os militares, era delegado das Forças Armadas, do Alto Comando. Não obedecia a ninguém, interrogava presos no DOPS, no DOI-CODI, em delegacias, sítios, no país inteiro. Todo o segundo andar do DOPS era dele, tinha que telefonar antes: ‘Fleury eu vou descer pra falar com você’. Se não, a gente não entrava. Ele tinha uma porta lá, todo misterioso”.

Bonchristiano ainda se lembra, e muito bem, das antigas desavenças com o ex-colega.

“O Fleury estava em todas, se metia em tudo, perdi muitos ‘tiras’ para ele porque lá eles ganhavam mais, tinha um ‘por fora’”, contou na segunda entrevista. “Uma vez prendi um cara em um aparelho no Tremembé, e quando estava chegando no DOPS, o Fleury pediu o preso emprestado, não lembro o nome dele. Depois de dois dias sem notícias do preso, fui perguntar para o Fleury, e ele me pediu desculpas, tinha matado o cara que eu nem ouvi”, relata, como se fosse um contratempo na repartição. “Chegou uma hora que só ele que dominava. Só se falava dele”.

“Graças a Deus só se fala no Fleury”, reagiu dona Vera, a elegante senhora com quem o ex-delegado é casado há 53 anos, que entrava na sala trazendo refrigerantes. E emendou: “Zé Paulo, essa entrevista já não está durando demais?”, frase que ela repetiria muitas vezes depois.

Foi na terceira entrevista – quando já acumulávamos seis horas de gravação – que o “doutor Paulo”, sem dona Vera na sala, finalmente confirmou que “sabia de tudo” o que acontecia no DOPS. E se “justificou”: “Eu não podia fazer nada, isso era com o pessoal de lá de cima. Eu era delegado de segunda classe, respondia apenas ao diretor do DOPS, o resto era com eles”.

Bonchristiano tornou-se delegado de 2ª classe em 1969 e foi promovido “por merecimento” a delegado de 1ª classe em 1971.

Naquele mesmo dia, admitiu que frequentava os outros centros de tortura montados em São Paulo a partir de 1969, como a OBAN (Operação Bandeirante) e o DOI-CODI, comandados pelo Exército e compostos de policiais civis e militares instruídos a torturar. Só no período de 1970 a 1974, a Arquidiocese de São Paulo reuniu 502 denúncias de tortura no DOI-CODI paulista, apelidado jocosamente pelos policiais de “Casa da Vovó”.

Bonchristiano disse então que “alguns da diretoria do DOPS” participaram da montagem da OBAN – “os militares não entendiam nada de polícia, depois aprenderam” – e que cederam três delegados no início das operações, todos incluídos entre os torturadores na Lista de Prestes: Otávio Medeiros, ligado ao CCC (Comando de Caça aos Comunistas) e à TFP (Tradição, Família e Propriedade), assassinado em 1973 por militantes da resistência armada; Renato d’Andrea, colega de Bonchristiano na Faculdade de Direito da PUC; e Raul Nogueira de Lima, o Raul Careca, ex- investigador subordinado a Bonchristiano e ligado ao CCC, que se tornaria delegado depois.

Levaram também os métodos da polícia, incluindo o pau-de-arara – na origem um cabo de vassoura apoiado em duas mesas, onde os policiais deixavam o preso pendurado por pulsos e tornozelos até que a dor insuportável os fizesse “confessar”.

“O pau-de-arara não é, assim, uma tortura, vai tensionando os músculos, se o cara falar logo não fica nem marca, mas se o cara for macho e segurar...”, explicou-me ele certa vez. Diante de minha expressão escandalizada, concedeu: “choques, sim, dependendo”. E completou: “Naquela época foi diferente, o governo estava tentando melhorar o país. Aí nós tivemos que fazer essa luta. Nunca considere os comunistas bandidos, considerava ideologicamente inimigos. Tanto que eu sempre falei, não poderia haver mortes”.

Bonchristiano disse que frequentava a OBAN e o DOI-CODI para

“buscar presos, não para levar”, buscando distanciar-se das mal afamadas equipes de captura da OBAN, que realizavam prisões ilegais. Alguns eram soltos sem que sua passagem nos órgãos policiais fosse sequer registrada; outros eram enviados para os cárceres do DOPS, onde assinavam as “confissões” e tinham a “prisão preventiva” decretada.

“Maçã Dourada”, os paramilitares e o DOPS

Em seus primeiros anos no DOPS, Bonchristiano se especializou em infiltrações em movimentos sindicais, mas a partir de 1968 os estudantes se tornaram prioridade. “Quem faz revolução é estudante, operário faz revolução na Rússia”, costumava dizer.

Uma das operações das quais mais se orgulha, que o levou às páginas de revistas e jornais, foi o desmantelamento do Congresso da União Nacional dos Estudantes em Ibiúna, em 12 de outubro de 1968, comandado por ele. “Prendi 1263 estudantes sem disparar um tiro”, diz – embora os policiais do DOPS e da Força Pública de Sorocaba tenham comprovadamente anunciado sua chegada com rajadas de metralhadora para o ar. “Coloquei a garotada em 100 ônibus cedidos pela (viação) Cometa e levei todo mundo para o DOPS. Separei os líderes e liberei o resto para ir para casa. Não tínhamos vontade de matá-los, eram estudantes”, ironiza.

Entre os 11 líderes que Bonchristiano mandou para o Forte de Itaipu, em Santos, estão os ex-ministros Franklin Martins e José Dirceu, e o líder estudantil Luiz Travassos, já falecido.

“Eu sabia tudo o que o Dirceu fazia porque ele era metido a galã e eu coloquei uma agente nossa para seduzi-lo”, gaba-se o delegado. “Ela era muito bonita, a Maçã Dourada, e me contava todos os passos dele”, diz o delegado. A “estudante” Heloísa Helena Magalhães, uma das 40 moças contratadas pelo DOPS para esse tipo de serviço, segundo ele, chegou a ser secretária de Dirceu na UNE (na verdade, José Dirceu foi diretor da UEE).

Dias antes, havia acontecido o famoso embate entre estudantes de direita reunidos no Mackenzie e estudantes da Faculdade de Filosofia da USP, na rua Maria Antonia, base de resistência contra a ditadura. Pelo lado da direita, os conflitos foram publicamente liderados por João Marcos Flaquer, fundador do CCC, organização paramilitar idealizada por Luís Antonio Gama e Silva, o jurista que redigiu o AI-5 após se afastar da

reitoria da USP para assumir o Ministério da Justiça de Costa e Silva.

Flaquer não era do Mackenzie – estava no último ano de Direito na USP – e dividia o comando dos combates com Raul Nogueira de Lima, o Raul Careca, “tira” do DOPS, subordinado a Bonchristiano. Oficialmente, a polícia só entrou no campus no segundo dia de conflitos, depois que um tiro, atribuído a um membro do CCC, Ricardo Osni, atingiu um estudante secundarista. Mas, segundo Bonchristiano, havia outras forças por trás dos conflitos:

“Foi o João Marcos que fundou o CCC e salvou os estudantes de passarem todos para o comunismo, por isso os americanos também gostavam dele”, diz o ex-delegado. “Ele tinha uma capacidade fabulosa, era forte demais, um cara fora de série, muito meu amigo. Eu o conhecia desde o segundo ano da faculdade, ele queria ser delegado mas a família dele era muito rica e não o queria metido com polícia, então ele vinha para o DOPS comigo. Ele dirigia toda essa parte de estudantes, infiltrava gente entre os esquerdistas. Se tinha alguma coisa que interessava ao DOPS, ele fazia. Mas só com minha anuência”, gaba-se o ex-delegado, que diz participado do planejamento do conflito.

O CCC começou com cerca de 400 membros e chegou a reunir 5 mil homens – boa parte deles militares e policiais. Andavam armados, espancavam estudantes e artistas que se opunham à ditadura e seus atentados mataram pelo menos duas pessoas.

João Marcos Flaquer, Ricardo Osni, João Parisi Filho e José Parisi, “estudantes” do CCC, eram colaboradores do DOI-CODI e constam da lista de torturadores do Brasil Nunca Mais.

Os dois primeiros, bem como o mentor Gama e Silva, também participavam de encontros que reuniam policiais da CIA e do DOPS. “A especialidade da CIA era fomentar organizações paramilitares como o CCC. Acho bem possível que eles recebessem, além de apoio, dinheiro”, diz a socióloga Martha Huggins, da Tulane University, New Orleans, pesquisadora de programas de treinamento de policiais estrangeiros pela CIA.

Afinidades eletivas: o DOPS e a CIA

Bacharel de Direito pela PUC-SP, filho de uma farmacêutica e um bancário, José Paulo Bonchristiano não entrou na polícia política por acaso. Ele e a turma de amigos da faculdade – seis deles futuros delegados

do DOPS – eram anticomunistas viscerais e católicos conservadores, e representavam a direita no centro acadêmico 22 de agosto.

Esse perfil agradava ao experiente delegado Benedito de Carvalho Veras, que os recrutou em 1957 quando cursavam o último ano de Direito e faziam estágio na polícia. Veras, que se tornaria secretário de segurança do governador Jânio Quadros no ano seguinte, estava à procura de quadros para modernizar a polícia, sob orientação do Programa do Ponto IV – idealizado pelo presidente americano, Harry Truman, com o objetivo de prevenir a “infiltração comunista”. Isso se traduzia na combinação de ajuda econômica e treinamento das forças policiais dos países da região.

A intenção era “profissionalizar” a polícia brasileira – sobretudo os que lidavam com crimes políticos e sociais – para que barrassem o comunismo sob qualquer governo.

No mesmo ano em que Veras assumia a secretaria de segurança e nomeava Bonchristiano como delegado substituto de polícia, uma deputada (Conceição da Costa Neves, do PTB, que fazia oposição ao então governador Jânio Quadros) denunciava publicamente ter sido vítima de um grampo telefônico. “Foi o primeiro grampo que se tem notícia em São Paulo”, conta o ex-delegado, que conheceu de perto o autor da “inovação tecnológica”, o escrivão Armando Gomide, futuro agente do Serviço Nacional de Informações (SNI). Gomide havia aprendido o “grampo” com os instrutores do Ponto IV, que também forneceram equipamentos para melhorar a qualidade das gravações.

Em 1962, o programa passou a ser dirigido pelo OPS – Office of Public Safety – uma “célula da CIA incrustada dentro da AID (Agency for International Development, no Brasil, mais conhecida como USAID)”, nas palavras da professora Martha Huggins.

Além de treinar 100 mil policiais no Brasil, a OPS-CIA selecionava policiais e oficiais militares para estudar em suas escolas no Panamá (1962-1964); e nos Estados Unidos, depois que a Academia Internacional de Polícia (IPA) foi inaugurada em 1963 em Washington, funcionando até 1975. No Brasil, o OPS ficou até 1972, quando o Congresso americano começou a investigar as denúncias de que o programa patrocinava aulas de tortura.

A IPA foi um das “escolas” nos Estados Unidos que recebeu Bonchristiano antes mesmo do golpe militar. Dois anos antes – logo depois de ser aprovado no concurso para delegado de 5ª classe, o início da carreira, ele já frequentava a casa do diretor DOPS Ribeiro de Andrade, no Jardim Lusitânia, em São Paulo. “Ele estava sempre de portas abertas para

nós, ficávamos lá conspirando”, ironiza.

Foi ali que Bonchristiano conheceu o policial americano Peter Costello, que veio para o Brasil em 1962 como instrutor da OPS depois de treinar 2.500 homens em técnicas de controle de distúrbios na Coreia. “Era um sujeito austero, falava português e entendia de polícia, deu curso de algemas, tiro rápido e outros para os policiais do DOPS, conta, completando: “Alguns meninos do CCC também participaram”.

Antes de 1964 os delegados do DOPS já contavam com a ajuda dos americanos para identificar os “comunistas”, muitos deles presos logo depois do golpe. “A ordem que a gente tinha desde o começo era identificar e prender todos os comunistas. Queríamos acabar com o Partido Comunista”, diz Bonchristiano.

Para contribuir com essa missão, “o Ponto IV nos contemplou com fotografias dos frequentadores (brasileiros) dos cursos de guerrilha na China”, relatou Renato d’Andrea, um dos delegados que foram da turma de Bonchristiano na PUC, ao jornalista Percival de Souza.

Na primeira operação importante que Bonchristiano realizou no DOPS, em abril de 1964, foi a vez de retribuir, entregando aos americanos as 19 cadernetas apreendidas na casa do líder comunista Luiz Carlos Prestes. As cadernetas foram xerocadas nos Estados Unidos (aqui ainda não existia o xerox) e retornaram 15 dias depois para o Brasil, servindo de base para a prisão de diversos militantes comunistas.

Só sobraram as cópias das cadernetas de Prestes, hoje nos arquivos do DOPS – os originais, segundo o “doutor” Paulo, desapareceram. Por aqui as cadernetas serviram de base a um dos maiores IPMs da primeira fase da ditadura, e foram usadas como justificativa para a prisão de diversos militantes comunistas como Carlos Marighella, que o próprio Bonchristiano foi encarregado de conduzir a São Paulo, depois que ele havia sido preso e baleado em um cinema no Rio, em 1964. Solto em 1965, Marighella foi assassinado em uma emboscada de policiais do DOPS em 1969.

“É uma bobagem danada dizer que a CIA mandava no DOPS, que nós éramos agentes da CIA, não era nada disso, nós éramos delegados do DOPS”, resmunga o doutor Paulo. “A América do Sul sempre foi o quintal dos Estados Unidos, e eles olhavam muito para nós, tinham medo do Brasil se tornar comunista. E notaram que tinha um departamento de polícia em São Paulo que trabalhava firme nisso. Porque o DOPS de São Paulo fazia todos os levantamentos que conduzissem a algum elemento do Partido Comunista em todo o Brasil, na América Latina inteira”.

Mr. Dops e Mr. Bond

“Depois que o presidente Truman criou a CIA, era a CIA que acompanhava o movimento dos subversivos”, continua. “Então trabalhávamos juntos, viajávamos juntos em muitos casos, mas nossas reuniões eram fora do DOPS, na happy hour de bares de hotéis como o Jandaia e o Jaraguá, no centro de São Paulo. O Fleury também ia, o Flaquer, o Gama e Silva e até o Carlos Lacerda (ex-governador do Rio, que conspirou pelo golpe e acabou sendo cassado em 1968). O Niles Bond era chefe lá deles, sujeito bacana, conhecia bem o Brasil, e gostava muito de mim. Me chamava de Mr. Dops, porque eu sempre o atendia em tudo que precisava e era ele que me mandava para Langley”, frisa mais uma vez, mostrando uma foto sua com trajes de George Washington ao lado de um colega fantasiado de soldado federalista, tirada durante uma de suas estadas em Washington.

“Não lembro quando foi tirada porque estive oito vezes em cursos de treinamento nos Estados Unidos (entre 1963 e 1970)”, diz ele. “Fiz cursos técnicos, de polígrafo, técnicas de inteligência, infiltração. E sobre o comunismo também, eles tinham verdadeira obsessão. Saí de lá convencido de que eles, sim, são duros, fazem o que for preciso para garantir seus princípios”.

Entre 1959 e 1969, Niles W. Bond foi adido da embaixada no Rio e cônsul geral em São Paulo, segundo seu currículo na Association for Diplomatic Studies and Training, que também aponta a ligação com a CIA desde 1956, quando era assessor político da embaixada italiana.

Langley, frequentemente usado como sinônimo de CIA nos Estados Unidos, é o nome dos arredores da pequena cidade de McLean, na Virgínia, onde desde o início da década de 1960 ficam os “headquarters” da agência de inteligência americana, a alguns quilômetros de Washington.

Com o tempo, descobri que quando o doutor Paulo se referia a Langley, significava que estava em treinamento em instalações na CIA, não apenas na sede, mas “em muitos outros lugares, até na Flórida”, como confirmou depois.

As informações sobre a CIA foram reveladas por doutor Paulo quando o inquiri sobre sua transferência, em 1ª de setembro de 1964, para o Ministério da Guerra, lotado no II Exército – informação que obtive checando todas as suas nomeações, transferências e promoções no Diário

Oficial (seu currículo oficial omite essa significativa passagem).

Ele diz que foi transferido porque havia sido encarregado (com mais três delegados) de montar um plano de estruturação da Polícia Federal pelo general Riograndino Krueel, irmão do comandante do II Exército, Amaury Krueel (ambos também treinados nos Estados Unidos): “O Edgar Hoover (fundador do FBI) é um cara que admiro muito, e os americanos achavam muito importante montar uma polícia como essa no Brasil – o DOPS paulista já atuava como polícia federal, mas era subordinado à secretaria de segurança estadual, o que atrapalhava nossos movimentos”, explicou.

Até hoje a Polícia Federal registra seus agradecimentos à “revolução de 1964” no site oficial da entidade: “Somente em 1964, com a mudança operada no pensamento político da Nação, a idéia da criação de um Departamento Federal de Segurança Pública, com capacidade de atuação em todo o território, prosperou e veio a tornar-se realidade”.

O capitão americano e a guerrilheira

“Felizmente aqui no Brasil não fizemos como em outros países, matanças. Não houve isso. Houve só morte de quem quis enfrentar a polícia. Isso em qualquer lugar do mundo. Quando uma guerrilha deles lá, um aparelho, matou o nosso colega lá em Copacabana, o Moreira, o que nós tínhamos que fazer? Descobrir os caras e matar também”, ri. “Polícia é assim”, avalia o “doutor” Paulo.

Dulce de Souza Maia, militante da VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) sentiu na carne o peso dessa vingança, quando foi presa na madrugada do dia 25 de janeiro de 1969, enquanto dormia na casa da mãe.

Dois dias antes, vários líderes da VPR tinham sido presos e os repressores já sabiam que ela havia participado de um atentado a bomba no II Exército, que matou o sentinela Mario Kozel Filho. Também havia sido erroneamente apontada como uma das autoras do atentado que em 1968 matou o capitão do Exército americano, Charles Chandler, acusado pelos guerrilheiros de dar aulas de tortura no Brasil a serviço da CIA.

Dulce não sabe dizer se todos que a torturaram no quartel da Polícia do Exército eram militares, mas sua lembrança mais forte é a cara redonda do homem que a estuprou, depois de dar choques em sua vagina. “Eu aguntei 48 horas”, me disse, por telefone. “Depois acabei dando um endereço de um apartamento que eu conhecia porque tinha ido a uma

feijoada, não era um aparelho”.

Foi então levada para o DOPS, metida em uma viatura com uma equipe de policiais dos quais não sabe o nome: “Nem lembro das caras, estava quase morta, sei que eles me levaram para a rua Fortunato e apontei o prédio que só reconheci porque tinha parado o meu carro na frente no dia da feijoada – eu não sabia que o João Leonardo, que inclusive era de outra organização (ALN), morava ali. Lembro só que o vi quando a porta abriu”, lamenta.

A versão do delegado Bonchristiano sobre o mesmo episódio omite detalhes significativos. “Nós estávamos atrás dos caras que mataram o Chandler, coitado, executado na porta da casa dele, no Sumaré. Em 36 horas, o Cara Feia, um tira excepcional que já morreu, sabia quem tinha feito. Aí, uma menina que nós prendemos, nos conta de uma reunião na Rua Fortunato, perto da Santa Casa da Misericórdia. Eu fui com a menina. Mandamos ela tocar a campainha. Peguei o professor que era o dono do apartamento, prendemos”, contou. “Voltamos para o DOPS, eu, Tiroteio, Cara Feia e a menina e deixei dois tiras, o Raul Careca e o Nicolino Caveira, para ver se acontecia mais alguma coisa. Telefone. ‘Doutor, o senhor tem que vir aqui, teve um problema’. ‘Muito problema?’ ‘Demais’, quando é demais é que houve morte. Quando cheguei lá, tinha sangue para todo lado. O Raul Careca, que era um ótimo atirador, tinha dado 18 tiros no Marquito (Marco Antonio Brás de Carvalho). Aí que eles me contaram o que tinha acontecido: esse que matou o Chandler tinha chegado e quando abriu a porta, falou assim: “Quem são vocês?” E os tiras: “Nós somos da família”. “Ah é?” E puxou a arma. Os tiras revidaram e ele morreu”.

Bonchristiano jamais mencionou que a “menina” estava quebrada pela tortura. Mas corrigiu a versão que consta do depoimento de Raul Careca em um processo movido pela família de Marquito. Ali ele dizia que foram dois os tiros disparados.

Mano nera

“O caso Chandler gerou consternação, mas, sobretudo preocupação entre o grupo de assessores policiais, pois estes poderiam tornar-se alvo também. Participaram das investigações e ajudaram a identificar as armas utilizadas, enviando o material para estudo em laboratórios de criminalística do FBI”, relata o professor Rodrigo Patto, da UFMG, que estuda a relação entre a USAID e a CIA.

Patto, porém, não sabe dizer se Chandler era de fato da CIA como acreditavam os militantes da ALN e da VPR que decidiram matá-lo. “Ele havia estado no Vietnã, e estava oficialmente em viagem de estudos no Brasil”, diz.

Em seguida ao assassinato de Chandler, um ex-instrutor americano de Bonchristiano, Peter Ellena, veio para o Brasil para acompanhar as investigações, o que melindrou o pessoal do DOPS. “Demos para ele a mano nera (símbolo da máfia), a mão negra ensaguentada”, diverte-se, contando que os policiais simularam um bilhete de ameaças dos guerrilheiros para assustar o “gringo”. “Ele ficou morrendo de medo”.

O jornalista Percival de Souza relata que o DOPS produzia relatórios confidenciais diários sobre o caso para o consulado americano, e que descobriram o fio da meada que os levaria a Marquito, “menos de um mês depois do fuzilamento”, registrando em seguida a versão que Bonchristiano continua a defender: um acidente ocorrido na BR-116 no dia 8 de novembro de 1968, na altura de Vassouras (RJ), teria matado Catarina e João Antonio Abi-Eçab que estava em um fusca.

Ao socorrer o casal, a polícia teria encontrado uma metralhadora INA calibre 35, como a que matou Chandler. O DOPS foi avisado, e Bonchristiano viajou imediatamente a Vassouras. Lá o delegado teria descoberto que o casal, militante da ALN, teria ido ao Rio de Janeiro para encontrar Marighella, e que a metralhadora era a mesma que matou Chandler. Tinha encontrado a arma do crime.

O “teatrinho”, como os policiais chamavam as versões criadas para encobrir seus crimes, foi desmontado a partir do relato de um ex-soldado do Exército ao jornalista Caco Barcellos, em 2001, em que reconheceu Catarina “como presa, torturada e morta em um sítio em São João do Meriti (município vizinho a Vassouras)” e afirmou que os órgãos de repressão, após a execução, teriam forjado o acidente.

Mais uma vez a “eficiência” do DOPS veio da tortura. Bonchristiano, que insistiu até o fim na desmentida versão, diz que foi cumprimentado por Niles Bond pelo feito. “O Chandler era um dos nossos, frequentava nossas reuniões, o Bond sabia que eu ia resolver o caso”, gabase.

Esticadinha no chão

Em 1983, os ventos democratas extinguiram o DOPS e trouxeram

um novo delegado geral, Maurício Henrique Pereira Guimarães, que despachou Bonchristiano para uma obscura seção da Secretaria de Justiça, encarregada das viúvas dos soldados mortos na II Guerra. “Preferi me aposentar, hoje não acredito mais em nada. Fiz o que o presidente queria, os militares queriam, e não ganhei nem aquelas medalhinhas que eles davam para todo mundo”, desdenha, referindo-se à Medalha do Pacificador, entregue pelos militares a torturadores famosos.

Mas o Mr. Dops não tem muito do que reclamar. Em seus primeiros oito anos de DOPS subiu da 5ª para a 1ª classe, como só acontecia aos que participavam da linha de frente da repressão. Ficou um tempo na “geladeira” quando um desafeto, o coronel Erasmo Dias, assumiu a secretaria de segurança (1974-1979). Mas conseguiu depois a promoção a delegado de classe especial e se aposentou no topo da carreira, em 1984.

A família, porém, ainda sofre com o passado do delegado. A filha, uma artista plástica, escolheu o prédio do antigo DOPS como cenário de uma performance acadêmica. No Facebook, comenta que o pai ficou “do lado dos algozes da ditadura”, enquanto uma de suas filhas – neta de Bonchristiano – faz campanha pela Comissão da Verdade em seu perfil.

Dona Vera sente a distância dos netos e lembra com amargura do tempo em que o marido trabalhava no DOPS. Via-se sozinha dias a fio com três filhos pequenos: “Eu não podia falar com ele nem por telefone, ligava lá e me diziam ‘a senhora fica tranquila que ele está bem’”, conta. “E eu, apavorada com as ameaças que a gente recebia por telefone, meus filhos iam escoltados para a escola”, diz.

Ela traz ainda outra lembrança: “Uma vez, minha filha era pequenininha, e quando o Campão, que trabalhava para o Zé Paulo, veio buscá-la para escola, ela desatou a chorar ao ver aquele homão, parecia um índio, vestido de amarelo da cabeça aos pés”, diz.

“Era o meu motorista no DOPS, depois veio me pedir licença para trabalhar com o Fleury, ‘lá a gente ganha mais, né doutor?’ Já morreu, coitado”, intervém Bonchristiano.

José Campos Correia Filho, o Campão, era um conhecido torturador – dos mais cruéis – segundo Percival de Souza, e membro do Esquadrão da Morte. Além motorista do “doutor”, ele conduzia cadáveres levados do DOPS na calada da noite para desová-los nos cemitérios de periferia, segundo o próprio Bonchristiano.

No final de novembro de 2011, o governador Geraldo Alckmin acatou o lobby da Associação de Delegados de São Paulo (cujo patrono é o falecido delegado Antonio Ribeiro de Andrade, o primeiro chefe de dr.

Paulo no DOPS) e mandou para a Assembléia Legislativa um projeto de lei que equipara as carreiras de delegados de polícia, procuradores e promotores, sob o argumento de que a polícia civil é judiciária, e portanto deve ser ligada ao Poder Judiciário e não à Secretaria de Segurança Pública.

O projeto, que o “doutor” Paulo muitas vezes defendeu em nossas entrevistas, faria sua aposentadoria pular dos atuais 11 mil reais para cerca de 20 mil reais, de acordo com os cálculos que ele mesmo fez.

A partir do momento em que o acalentado projeto foi enviado para a Assembleia, o ex-delegado resolveu encerrar nossas conversas.

Retornei uma última vez a seu apartamento, em janeiro deste ano, para checar alguns dados e ele deixou escapar o trecho de uma conversa que tive com um dos meus filhos, por celular. Estava disposto a me assustar.

Na despedida, preveniu-me mais uma vez sobre o “perigo” que “nós dois” estaríamos correndo se eu levasse adiante qualquer investigação sobre a localização dos corpos desaparecidos, advertência que fez desde a primeira entrevista. Perdi a paciência: “Mas, doutor, quase todo mundo que o senhor conheceu naquela época já morreu! Nós vivemos em uma democracia, ninguém vai matar assim um jornalista ou um delegado aposentado”.

“Isso é o que você pensa”, retrucou. “Os que hoje ocupam os cargos daqueles, antigos, também assumiram o compromisso de proteger o pacto”, afirmou. “Não tem isso de democracia, minha cara jornalista, eles fazem o que precisa ser feito. Se alguém é atropelado ou baleado no trânsito, é uma coisa que acontece, em São Paulo. Não quero ver você esticadinha no chão”.

Quando entrei no taxi para ir embora, refletindo sobre quem afinal estaria ameaçando quem, lembrei de uma ocasião em que nossas relações eram mais amistosas e pude lhe perguntar por que “eles” tinham enterrado os corpos, em vez de atirá-los ao mar ou incendiá-los para apagar definitivamente as provas.

De pé, na sala decorada com os estofados confortáveis, rodeados por mesinhas enfeitadas com fotos de família e bibelôs de inspiração religiosa, Bonchristiano reagiu: “Nós somos católicos, pô!”.

<http://apublica.org/2012/02/conversas-mr-dops/>

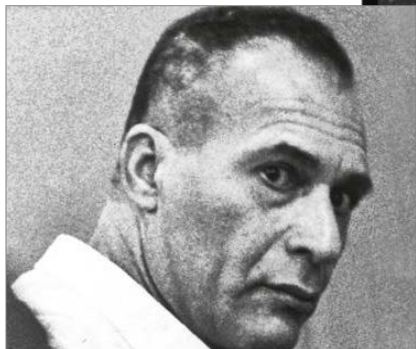
Como um repórter conseguiu desmontar a farsa do assassinato de Marighella

2. A farsa na morte de Marighella

Alan Rodrigues

Isto é Independente, 02 de março de 2012.

“Eu vi os policiais colocando o corpo no banco de trás do carro”, revela o fotógrafo que registrou a imagem do guerrilheiro executado. Essa testemunha desmancha a versão dos militares para esconder como foi abatido o inimigo número Um da ditadura”



MENTIRA E VERDADE

A primeira foto é a da versão oficial que o fotógrafo Sérgio Jorge foi obrigado a registrar. A segunda é uma nova reprodução feita por ele: um modelo foi usado para mostrar como estava Marighella antes da encenação policial

A primeira foto acima à esquerda, correu o mundo depois da noite de 4 de novembro de 1969. Ela era vista como prova da iminente vitória do governo contra a oposição armada à ditadura militar brasileira. Carlos Marighella, 58 anos, o terrorista mais caçado do País, líder da Ação Libertadora Nacional (ALN), organização responsável por dezenas de assaltos a bancos e explosões de bombas, estava morto. Amigo de Fidel Castro, celebrado pela Europa como principal comandante da guerra revolucionária na América do Sul, Marighella tinha levado quatro tiros numa emboscada policial na alameda Casa Branca, no bairro dos Jardins, em São Paulo. Segundo a versão dos militares, o guerrilheiro fora atraído para um “ponto” com religiosos dominicanos simpatizantes da ALN e trocara tiros com os agentes que varejavam o local do encontro. Um conceituado fotógrafo da revista “Manchete”, Sérgio Vital Tafner Jorge, então com 33 anos, fez o clique da câmara rolleiflex que registrou Marighella estirado no banco traseiro do fusca dos dominicanos. Barriga à mostra, calça aberta, dois filetes de sangue escorrendo pelo rosto.

“Foi tudo uma farsa”, revela agora à ISTOÉ Sérgio Jorge, que está com 75 anos. “Eu vi os policiais colocando o Marighella no banco de trás do carro”. Naquela noite, Jorge estava no Estádio do Pacaembu à espera dos melhores ângulos de um Corinthians x Santos quando ficou sabendo da morte do guerrilheiro. Ele abandonou o estádio antes mesmo de a notícia ser confirmada pelos alto-falantes do Pacaembu e recebida com um urro de comemoração pela torcida. Acompanhado de outros quatro fotógrafos, Jorge chegou à alameda Casa Branca pouco depois das 20 horas. O que ele viu ali – e foi proibido de documentar – era diferente do que aparece na famosa foto estampada depois nas páginas da “Manchete” e em dezenas de outras publicações. Jorge está decidido a contar para a Comissão da Verdade, que o governo federal vai instalar no próximo mês, a armação que testemunhou. Já foi pensando nisso que, no mês passado, com a ajuda de um amigo que serviu de modelo e um fusquinha emprestado, Jorge procurou reproduzir numa nova foto exatamente o que presenciou no dia 4 de novembro de 1969. O resultado é a segunda cena da página anterior, à direita: o amigo de Jorge, representando Marighella, ocupa o banco da frente do carro, numa posição distinta daquela que a polícia fez questão de espalhar. Eram os anos de chumbo e havia muita coisa para ser escondida.



NO MESMO CENÁRIO

O fotógrafo Sérgio Jorge volta ao mesmo ponto da alameda Casa Branca para contar a armação que testemunhou

Os mais famosos retratos da ditadura começam a contar suas verdadeiras histórias. Sérgio Jorge ganhou coragem de revelar a farsa da morte de Marighella depois que o fotógrafo-perito Silvaldo Leung Vieira contou, no dia 5 de janeiro, ao jornal “Folha de S. Paulo” que sua foto do jornalista Vladimir Herzog morto nas dependências do DOI-Codi, em 1975, era – como já se sabia – uma encenação criada pelos militares. Vieira está atrás de uma indenização do Estado brasileiro, pois julga que teve prejudicada sua carreira de funcionário público. Já Sérgio Jorge quer apenas acertar contas com o passado. “Vi que tinha chegado a hora de contar. O Brasil mudou”, diz ele. Durante mais de 40 anos, Jorge removeu os fatos daquela noite, que é capaz de reconstituir em detalhes. Ele e os outros fotógrafos, logo que chegaram à alameda Casa Branca, foram recebidos aos gritos pelo temido delegado do Dops, Sérgio Paranhos Fleury, o homem que comandou o cerco a Marighella. “Não quero ouvir um clique! Todos encostados no muro, com as máquinas no chão!”, ordenou Fleury. Ninguém ousou desobedecer. “Era uma loucura, ficamos vendo tudo aquilo acontecer sem poder registrar nada”, diz Jorge. Marighella estava no banco da frente, com uma perna para dentro do carro e outra para fora, os dois braços caídos e quase nada de sangue na roupa.

Três policiais retiraram o corpo do fusca (veja reconstituição acima) e o deitaram na calçada. Abriram a calça de Marighella e revistaram seus bolsos. Tentaram, então, recolocá-lo no banco de trás. “Mas não conseguiam e foi preciso que um dos policiais desse a volta no automóvel e puxasse o corpo para dentro.” A ação durou cerca de 40 minutos até que os fotógrafos foram autorizados a fotografar. Chegando perto do carro, Sérgio Jorge pôde ver que havia uma pasta atrás do banco dianteiro e, sobre o assento de trás, uma peruca e uma capa.

Na presença de Sérgio Jorge e dos demais fotógrafos, os policiais, sem nenhum constrangimento, encenavam um número que viria a se tornar corriqueiro naqueles tempos: o teatro do confronto entre guerrilheiros urbanos e as forças da repressão. A ditadura no Brasil deixou um saldo macabro de 475 adversários mortos, 163 deles ainda desaparecidos. Foi a partir de 1969, o ano da morte de Marighella, que o regime militar ingressou em seu período mais duro e a eliminação de inimigos passou a ser regra. As execuções de militantes de esquerda, sem chance de prisão, tornaram-se tão comuns quanto os laudos fantasiosos de inquéritos policiais destinados apenas a escamotear uma política oficial de extermínio. No caso de Carlos Marighella, o esclarecimento de sua morte é especialmente problemático, pois existem pelo menos três versões conflitantes para ela. Primeiro há a versão dos militares, segundo a qual ele foi varado por uma rajada de metralhadora quando, do banco de trás do fusca dos dominicanos, reagiu a tiros a uma ordem de prisão do delegado Fleury. A perícia, entretanto, acabou concluindo que não saíra um tiro sequer da arma de Marighella. Desse modo, a tese da polícia parece não ser mais que um esforço para esconder a provável execução sumária do guerrilheiro, além de uma tentativa de driblar uma complicação extra do episódio: a suspeita de que, naquela noite, foi o fogo amigo que matou também uma jovem policial e um dentista alemão que casualmente passava pelo local no momento do tiroteio (outro delegado, um desafeto de Fleury, acabou baleado na virilha). A segunda versão é a dos dois frades dominicanos que a polícia usou como isca para Marighella. Em seu julgamento, os religiosos sustentaram que o guerrilheiro foi executado no meio da rua, longe do fusca em que eles estavam. Por fim, o Grupo Tortura Nunca Mais, em 1996, adotou as conclusões de um laudo em que legistas garantem que Marighella foi morto com um tiro no peito à queima-roupa, que seccionou-lhe a aorta, e alvejado ainda por outros três disparos.

O CASO VLADO

O fotógrafo-perito que registrou a encenação do suposto suicídio de Vladimir Herzog também reconheceu a montagem

Carlos Marighella era autor do “Manual do Guerrilheiro Urbano”, um confuso texto de 50 páginas que jovens esquerdistas de todo o mundo liam como uma bíblia. Figura principal dos cartazes amarelos que a ditadura espalhava com retratos de terroristas, vinha sendo caçado pelo Dops e monitorado pela máquina de informações dos Estados Unidos. Um ano antes de sua morte, o consulado americano em São Paulo já informara seu governo sobre as relações de Marighella com os dominicanos. Agora, o depoimento exclusivo de Sérgio Jorge à ISTOÉ – e que ele se dispõe a prestar também à Comissão da Verdade, instituída pelo governo para esclarecer as mortes ocorridas durante a ditadura – poderá jogar uma nova luz sobre os fatos, embora ainda seja difícil fazer conjecturas sobre as intenções específicas dos policiais que transferiram o corpo de Marighella para o banco de trás do carro.

Sérgio Jorge foi o primeiro fotógrafo do País a ganhar o Prêmio Esso de Jornalismo. Ele conta que, quando chegou à redação da “Manchete” com a foto do cadáver de Marighella, teve o cuidado de relatar a seu chefe a armação que tinha visto. Ouviu como resposta que a versão de Fleury seria a definitiva e, sempre avesso à política, resolveu se calar. “Todo mundo me dizia para não me meter com essas coisas que era muito perigoso”, diz ele. O caso só voltou a perturbá-lo cinco anos atrás, no momento em que começou a selecionar fotografias para um livro em seu arquivo pessoal, com mais de 60 mil imagens. As fotos de Marighella não estão com ele: foram parar num arquivo da revista “Manchete”, recentemente leiloado. “Dos fotógrafos que estavam comigo naquele dia, só eu estou vivo. Cheguei à conclusão de que não posso levar para o túmulo a história verdadeira”, diz Sérgio Jorge. “Sempre tive muito medo, mas com a Comissão da Verdade acho que chegou a hora.”

COMBATE

Há mais de quatro décadas, Simas denunciou a farsa

Nilmário Miranda, um dos representantes da comissão do Ministério da Justiça que, em 1996, responsabilizou o Estado brasileiro pela morte de Marighella, considera importante o depoimento de Sérgio Jorge. “Isso vai ajudar a Comissão da Verdade a regatar os fatos históricos”, diz ele. “Ao invés de suicídios, assassinatos cruéis. Ao invés de fugas da prisão, desaparecimentos forçados. Ao invés de tiroteios simulados, execuções à queima-roupa.” O advogado de presos políticos Mário Simas, que foi a primeira voz a afrontar a versão oficial da morte de Marighella, quando fazia a defesa dos frades dominicanos, espera que o depoimento de Jorge possa, finalmente, contribuir para o esclarecimento do caso. “No processo, lancei dez dúvidas sobre a versão oficial que nunca foram respondidas pelo Estado”, diz ele. Simas, que presidiu a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, não tem dúvidas sobre o modo de ação da polícia: “O delegado Fleury era um caçador sem escrúpulos, que não respeitava nada para chegar a seus objetivos.”



Aos 86 anos, a mulher de Marighella, Clara Charf, se espanta ao saber das revelações de Sérgio Jorge. Ela estranha que seu marido, que não sabia dirigir, estivesse ocupando o banco do motorista do fusca. Mas acredita que este depoimento possa enterrar de vez a versão “mentirosa” da polícia. “É um impulso muito grande para a revisão da história”, diz ela. É uma expectativa idêntica à do ex-militante Otávio Ângelo, certamente um dos últimos companheiros que viram Marighella vivo. Membro do Grupo Tático Armado da ALN, Otávio Ângelo estava no derradeiro “ponto” que Marighella cumpriu no fim da tarde do dia 4 de novembro de 1969, antes de ir para a alameda Casa Branca. Eles se encontraram no bairro do Tatuapé, na zona leste de São Paulo e, segundo Otávio Ângelo, Marighella se mostrava muito preocupado com a segurança da organização por causa da prisão de vários militantes. “Ele parecia nervoso, apreensivo”, relembra. “Falava que estávamos no cerco e que, se não conseguíssemos sair desse cerco, não sobreviveríamos.” A previsão de Marighella, como se vê,

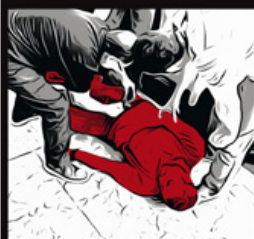
A SEGUNDA MORTE DE MARIGHELLA COMO OS POLICIAIS QUE MATARAM O GUERRILHEIRO ALTERARAM A CENA DA EXECUÇÃO



A PRIMEIRA VISÃO Quando chegou à alameda Casa Branca, o fotógrafo Sérgio Jorge viu o corpo de Marighella no banco do motorista, com uma das pernas para fora e sem manchas de sangue na roupa. O carro tinha o para-brisa estilhaçado por dois tiros na lateral direita. Os fotógrafos foram impedidos de registrar a cena pelo delegado Sérgio Fleury



REMOÇÃO Peritos removem o corpo do guerrilheiro para fora do carro



REVISTA O corpo é colocado na calçada. Os peritos abrem as calças de Marighella, revistam seus bolsos e recolhem papéis



FARSA A equipe de Fleury carrega Marighella de volta ao carro e tenta colocá-lo, sem êxito, no banco traseiro



CONCLUSÃO Um dos policiais dá a volta pelo outro lado do carro e arrasta Marighella para o banco de trás. Só então as fotos são liberadas

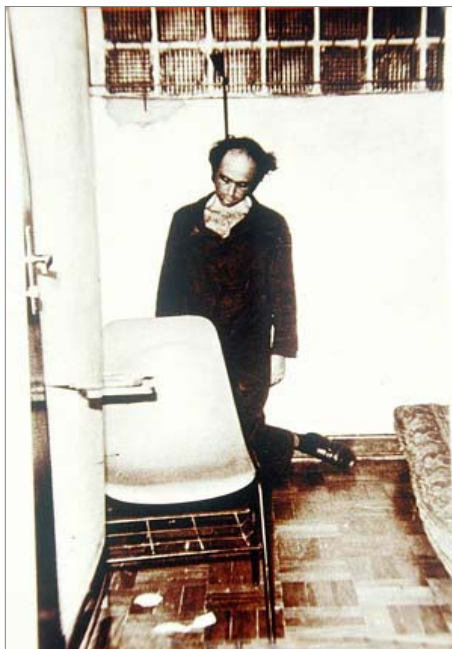
acabaria cumprida em poucas horas.

Herzog, morto na tortura e apresentado como suicida. Como um repórter (da polícia!) desmonta a farsa

3. Foto de Herzog enforcado alimentou luta interna entre militares na ditadura

07 de março de 2012 | 22h 58
O Estado de S. Paulo

Documento mostra como a imagem do jornalista morto em cela
do DOI-Codi foi manipulada



BRASÍLIA - A morte do jornalista Vladimir Herzog numa cela do DOI-Codi em São Paulo, em 25 de outubro de 1975, alimentou uma disputa interna de poder na ditadura militar. Documento divulgado na terça-feira, 6, pelo deputado Miro Teixeira (PDT-RJ) é uma nova peça importante no quebra-cabeça desse caso e serve como mais uma prova de que a famosa foto do jornalista enforcado dentro da cela, divulgada pelos militares, foi manipulada pela ditadura.

Uma carta enviada em 23 de janeiro do ano seguinte pelo general Newton Cruz ao general João Figueiredo, chefe dele no Serviço Nacional de Informações (SNI), dá mais detalhes dessa disputa e destaca que um panfleto com uma foto do corpo de Herzog, não divulgada à época pela imprensa, tinha a mesma rubrica usada em manifestos anônimos produzidos contra ele dentro do regime de exceção.

Divulgada na íntegra pelo deputado no site www.leidoshomens.com.br, a carta cita uma foto pouco conhecida do corpo de Herzog com elementos que escancaram a farsa do suicídio. Essa imagem citada por Newton Cruz mostra as barras de ferro da janela da cela em que o corpo de Herzog foi colocado. A extremidade de uma cinta que envolveu o pescoço do jornalista foi amarrada na parte inferior de uma das barras de ferro, a 1,63 metro do piso da cela.

Já na época se questionou que o corpo não estava suspenso: os joelhos estavam dobrados no chão, um dos argumentos que derrubaram em 1975 a versão do suicídio. Mas a foto divulgada naquele ano pelo Instituto de Criminalística não exibia a parte superior das barras, para dificultar a compreensão de que Herzog foi amarrado e não se amarrou.

Um dos casos mais emblemáticos da distensão da ditadura militar, o assassinato de Herzog marcou também o acirramento da disputa de poder entre comandantes da ditadura. Na carta, Newton Cruz aponta que seus “detratores” eram do Centro de Informações do Exército, o antigo CIE, atual CIEX.

Aparentemente, Cruz teria feito comparações entre o panfleto com a foto do jornalista e outros que o difamavam e o chamavam de “traidor e cachaceiro”. “Alguns dados interessantes: a fotografia não foi publicada nos jornais”, escreveu Newton Cruz a Figueiredo. “Até onde sei, foi difundida pelo CIE, em cópia xérox, para outros centros de informações.” “A carta de Newton Cruz para Figueiredo não mostra preocupação com o episódio Herzog. A preocupação é com a luta interna”, destaca o deputado Miro Teixeira.

Jornalista. Autor da reportagem, Miro diz estar matando saudade do tempo em que atuou como jornalista. “Temos uma equipe no site que está disposta a fazer muitas reportagens.”

Quatro dias antes de a carta ser enviada, o então presidente Ernesto Geisel demitiu o general Ednardo D’Ávila Mello, do comando do 2.º Exército de São Paulo (posteriormente extinto), que respondia pelas dependências do DOI-Codi onde Herzog e um metalúrgico, Manuel Fiel Filho, foram mortos pela repressão.

A carta de Newton Cruz e a fotografia menos conhecida do corpo de Herzog ajudam a reconstituir a cronologia de uma disputa que não parou com a tentativa de golpe dentro das Forças Armadas de um grupo “linha dura” contra Geisel, em 1977, e a indicação de Figueiredo, da turma mais “moderada”, para a Presidência, em 1979.

Atentados. A guerra interna ainda produziu uma centena de atentados a bomba por parte de militares radicais contrários à redemocratização.

O caso mais emblemático ocorreu na noite de 30 de abril de 1981 no pavilhão do Riocentro, no Rio de Janeiro, durante um show de MPB em comemoração ao Dia do Trabalho.

Dois militares estavam no estacionamento do pavilhão para instalar bombas, mas uma delas explodiu no colo do sargento Guilherme Ferreira do Rosário, morto dentro do carro em que estava, acompanhado do capitão Wilson Luís Chaves Machado, que sobreviveu.

Jornalista tinha apenas 38 anos

08 de março de 2012 | 3h 02
O Estado de S.Paulo

O assassinato do jornalista Vladimir Herzog, à época com 38 anos, no Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna, o DOI-Codi, um centro de tortura em São Paulo, marcou o início do fim da ditadura militar no País. Diretor de Jornalismo da TV Cultura, e acusado de subversão, ele foi convocado no dia 24 de outubro de 1975 para prestar esclarecimentos na sede do DOI-Codi, na Rua Tutoia, zona sul de São Paulo. Compareceu na manhã do dia seguinte e, no final da tarde, estava morto. A partir de então, uma campanha internacional foi deflagrada contra o regime militar, que tentou emplacar a versão de que Herzog tinha se suicidado em sua cela. Essa versão foi contestada logo que se divulgou a foto que tentava simular o suicídio.

Uma celebração ecumênica em memória de Herzog, na Catedral da Sé, em São Paulo, reuniu milhares de pessoas. Em outubro de 1978, a Justiça responsabilizou a União pela morte do jornalista. Até hoje não foram divulgados os nomes dos agentes que o torturaram e mataram.

Casado com a publicitária Clarice Herzog, ele teve dois filhos. Trabalhou em veículos como o Estado, a BBC de Londres, a revista Visão e a TV Cultura. Em 2009 foi criado em São Paulo o Instituto Vladimir Herzog, para difundir o trabalho do jornalista e promover ações na área de



direitos humanos.

Como um exilado é perseguido desde o primeiro dia de sua volta e sabe que será assassinado

4. A caderneta de Norberto

Flávio Lobo

10 de Março de 2012

O Estado de S. Paulo

Guardada há 42 anos, a carta de um jovem professor da USP morto pela repressão ecoa nos tribunais e desnuda o Brasil da tortura

Ela é pequena, leve e tem capa de plástico vermelho. No canto inferior direito da capa, a palavra "NOTE" ainda é fácil de reconhecer, apesar de a impressão ter esmaecido e de seu provável dourado original estar agora mais para o cobre. Na parte de dentro, 42 folhas de papel quadriculado, do tipo usado em cadernos de desenho, estão coladas numa folha de papelão não muito grosso, presa à capa. As duas primeiras páginas e as 70 últimas estão em branco (amarelado). Nas restantes, há mais de quatro décadas lê-se uma carta de despedida.

Arquivo Pessoal
Norberto Nehring com a filha
Marta, que só quis ler a carta na
adolescência.

Em algum lugar na cidade de São Paulo, em meados de abril de 1970, o



economista Norberto Nehring, de 29 anos, abriu a caderneta, virou a primeira página e começou a escrever para a mulher e a filha:

*Ia e Marta,
Minhas adoradas
Cheguei num sábado aqui na terra e,
tristeza, já estou frito. Frito!*

Norberto voltara ao Brasil havia poucos dias. Desembarcara no Aeroporto do Galeão, no Rio, com documentos falsos. O nome que constava nos papéis de identidade combinava com seus olhos claros e a ascendência germânica. Já a nacionalidade argentina poderia levantar suspeitas. Mas não foi a esse ponto fraco que Norberto atribuiu sua triste situação, pelo que relataria a seguir:

Logo de cara dei com um conhecido da Pfizer, que arregalou os olhos. Isto deixou-me nervoso e também, por um anterior excesso de confiança, terminei por errar meu nome na portaria do hotel... Que besteira! Custou-me a vida.

Militante da Aliança Libertadora Nacional, a ALN, grupo guerrilheiro que lutava para derrubar a ditadura militar e fazer a revolução socialista no País, Norberto sabia dos riscos que estava correndo. Vários de seus companheiros tinham sido mortos, entre eles o fundador e primeiro comandante da organização, Carlos Marighella. Outros estavam presos ou desaparecidos. Nos cárceres, as torturas eram brutais e sistemáticas.

Norberto já tinha sido preso. Numa manhã de janeiro de 1969, policiais do Departamento de Ordem Política Social (Dops) cercaram a casa onde vivia com a mulher e o levaram. Nos dez dias que passou na carceragem, foi interrogado, sofreu ameaças, testemunhou torturas. Como seu grau de envolvimento com a guerrilha ainda não era de conhecimento do Dops, foi liberado para comparecer ao aniversário de 5 anos da filha. Só passou pela festa e fugiu. Logo foi para Cuba, onde iniciou treinamento militar com intenção de voltar ao combate no Brasil.

Maria Lygia, a "Ia" da carta de despedida, foi com a filha Marta para Cuba, encontrar Norberto. Técnico em química e graduado em economia pela USP, ele até foi convidado a permanecer na ilha trabalhando com petróleo. Mesmo ciente de que o precário treinamento militar que recebia por lá não seria muito útil no Brasil, ainda assim manteve a decisão de retornar ao País. Norberto, que antes de ser preso dava aulas na USP,

acreditava que poderia semear a revolução fazendo trabalho de base, conscientizando trabalhadores e estudantes, articulando a luta política. Ao chegar, viu que seus planos dificilmente vingariam.

Imediatamente seguiu para Niterói, mas eles não desgrudaram mais de mim. Fiz o possível, mas são sempre muitos à distância e 4 ou 5 ao meu lado.

No domingo já estava eu em Campos e depois Vitória e Belo Horizonte. E sempre eles, crendo que sou um "grande líder", armando emboscadas pelo caminho a fim de surpreender os meus salvadores (?).

Depois de tudo, decidi vir para S. Paulo simplesmente pq tanto me fazia vir para cá como ir para qq outro lugar.

Sem perspectiva de fuga e pressentindo o desfecho da perseguição, Norberto virou mais uma folha da caderneta e escreveu:

Minhas adoradas, perdoem-me por isto - quer dizer, por morrer ou ir preso (e eventualmente morrer lá). Nesta vida a senda é estreita. Pisou fora, morreu.

Ainda escreveu mais três páginas. Ao final, se despediu da mulher e da filha, que ainda estavam em Cuba, mas iriam para a França. Pediu a Maria Lygia para que não voltasse ao Brasil por uns tempos, que ficasse com Marta na Europa. No verso da última página, registrou outro pedido: que a caderneta fosse entregue a sua mãe, Nice Monteiro Carneiro Nehring, numa repartição da Justiça do Trabalho, em São Paulo.

Passados 42 anos, na tarde de 1º de março de 2012 a carta de Norberto finalmente chegou a um tribunal. Em julgamento na Justiça Federal de São Paulo, o desembargador Rubens Calixto leu, emocionado, trechos da caderneta. Estava em jogo um recurso da União, condenada em primeira instância a pagar indenização por danos morais e materiais à mulher e à filha da vítima.

Por decisão unânime de três juízes desembargadores do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, foi mantida a condenação por danos morais, fixada em R\$ 200 mil, e refutada a indenização por danos materiais. Convencidos de que Norberto foi assassinado por agentes do Estado, os magistrados confirmaram o dever de reparação dos sofrimentos causados à família. Mas, como nos meses anteriores a sua morte, Norberto vivia na clandestinidade, sem trabalho e renda, acharam não ser cabível a segunda indenização.

Presente ao julgamento, Maria Lygia Quartim de Moraes, professora titular de sociologia da Unicamp, sentiu-se aliviada pelo reconhecimento judicial de pontos que considera fundamentais: a

responsabilização do Estado, o direito a reparação e o registro, ainda que incompleto, da verdade factual. Verdade encoberta pelos perseguidores do marido, que armaram uma farsa para esconder as circunstâncias reais da sua morte.

Como queria Norberto, a carta foi entregue a sua família (quem a recebeu da polícia foi seu sogro, Neddy Quartim de Moraes). De acordo com a versão oficial, baseada em inquérito da Polícia Civil, a caderneta fora encontrada em um quarto de hotel no centro de São Paulo, onde ele teria se enforcado com uma gravata. A despedida se explicaria, portanto, pela decisão do suicídio.

Coube a Maria Lygia e Marta - com o apoio de amigos como Paulo Vanucchi, ex-titular da Secretaria Especial de Direitos Humanos no governo Lula, os advogados Belisário dos Santos Junior e Rubens Naves, organizações como a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, além de Paulo de Tarso Venceslau e outros ex-integrantes da ALN - esclarecer a morte de Norberto e lutar pelo reconhecimento oficial de seu assassinato por agentes da repressão.

Seu corpo foi enterrado no cemitério de Vila Formosa, em São Paulo, com o nome que constava nos documentos falsos - Ernest Snell Burmann - o que só foi informado à família três meses depois, quando a identificação das marcas de tortura já não era mais possível. O reconhecimento deu-se pelo exame da arcada dentária. Vários anos depois, Marta descobriria no IML a existência de duas fichas registrando diferentes causas de morte, "asfixia mecânica" e "afogamento". Fotografias certamente feitas pela perícia jamais foram encontradas.

Depoimentos à Justiça Militar de dois presos políticos também ajudaram a desconstruir a versão de suicídio. Diógenes Arruda Câmara e Paulo de Tarso Venceslau denunciaram a morte do companheiro nas dependências da Operação Bandeirantes, a Oban, famigerado centro de tortura, de onde seu corpo teria saído em caixão.

Em julho de 2002, o atestado de óbito de Norberto foi o primeiro a ser retificado com base na Lei 9.140, de 1995, pela qual o Estado reconheceu sua responsabilidade por mortes e desaparecimento de presos políticos. Oficialmente, desde então, sua morte consta como tendo ocorrido "por causas não naturais em dependências policiais ou assemelhadas". Mas as circunstâncias exatas de como tudo aconteceu ainda estão por ser esclarecidas.

Recuso-me a procurar a família, não vou envolver ninguém nisto, neste momento e nesta situação.

Quem, diante da ameaça iminente de morte e suplício, não gritaria por socorro para proteger os outros? Norberto fez isso. Até hoje o jornalista Juca Kfoury, que naquele momento ajudava companheiros da ALN a fugir do Brasil, pensa que, se tivesse recebido algum contato da parte dele, poderia ter salvado a vida de seu amigo e compadre.

"The course of true love runs never smooth"

Ao ler as palavras, bem no início da carta, Maria Lygia soube que vinham do marido. A frase é de Sonho de uma Noite de Verão, de Shakespeare (no original, *The course of true love never did run smooth*, o curso do amor verdadeiro nunca é suave) e, por ironia, foi citada, séculos depois de escrita pelo bardo célebre, por Karl Marx, em O Capital.

O gosto pela literatura e pela teoria marxista, tanto quanto pelas tiradas irônicas, eram traços de Norberto. Ele e Ia haviam combinado que aquela frase seria um selo de autenticidade da comunicação entre eles.

Estejam certas que qq seja meu destino, amei-as como poucos puderam gostar tanto da esposa e da filha. Da Martinha tenho três desenhos e guardo comigo teu isqueiro, Ia amada. Com vocês tive os melhores momentos da minha vida...7 anos de casamento com altíssima e grande felicidade, mas enfim é a sensibilidade e o sentimento de indignação que nos leva ao protesto.

Quando soube da morte do pai, a hoje roteirista e professora de cinema Marta Nehring tinha 6 anos. Desde então passou a guardar, "como uma caixa de joias", alguns objetos pessoais de Norberto e um boneco do Visconde de Sabugosa que ele mesmo fizera de sabugo de milho e madeira, de presente para ela. Mas a caderneta com a carta, Marta só pegou para ler, sem intermediários, na adolescência. Em 1996, a filha de Norberto codirigiu com Maria de Oliveira o documentário 15 Filhos, com depoimentos de filhos de militantes perseguidos, presos, torturados e mortos na ditadura. O filme, premiado no Brasil e no exterior, encontra-se disponível no YouTube.

Ditadura fazia decretos secretos que não saíam no Diário Oficial, mas organizavam a repressão

5. Decretos secretos da ditadura militarizaram SNI

Wilson Tosta
O Estado de S. Paulo

Acesso à íntegra dos temidos DRs do regime militar, pelo 'Estado', revela no entanto que, em sua maioria, eles cuidavam de burocracia

Listados entre os maiores segredos da história recente do País, os Decretos Reservados (DRs) do regime militar viraram instrumentos do último chefe da ditadura, o presidente e general João Figueiredo, para fortalecer o Serviço Nacional de Informações (SNI) e militarizá-lo ainda mais, indica exame de seus textos integrais, obtidos pelo Estado.

Editados, em sua maioria, por um governo que contraditoriamente se apresentava como de abertura, os DRs não podiam ser divulgados no Diário Oficial e, durante anos, foram objeto de especulações que os apontavam como possíveis instrumentos de legalização e organização da repressão política e até da tortura. Sua íntegra, porém, revela uma face que, hoje, mais parece uma ferramenta para manipulação da burocracia militar. O Estado obteve acesso aos DRs por meio de pedidos à Presidência da República e ao Arquivo Nacional.

Os Decretos Reservados referentes ao SNI são notáveis", analisa o historiador norte-americano Frank McCann, da University of New Hampshire, nos Estados Unidos, estudioso da história dos militares brasileiros e autor do livro Soldados da Pátria. "A pergunta que suscitam é: por que esses decretos foram considerados necessários? Dado que a maioria é datada de 1979 e 1980, em um ponto em que o regime estava afrouxando seus controles, fazem-me pensar no que estava acontecendo para provocar esses ajustes. Como um todo, os decretos mostram uma

organização que era autogovernada", destaca o historiador. E prossegue: "Oficiais do Exército estavam no controle, mas pareciam independentes da estrutura de comando da Força."

Os DRs foram criação do período mais fechado do regime, o governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). Nesse período, as organizações brasileiras de guerrilha foram destroçadas e ocorreu a maioria dos casos de tortura, morte e desaparecimento de opositores. Foi Médici que, em 11 de novembro de 1971, pelo Decreto 69.534, determinou que o presidente da República poderia classificar decretos como secretos ou reservados. Seu texto integral seria lavrado em livro especial, a ser mantido na Presidência, e apenas sua ementa (o parágrafo inicial, que expõe do que trata o texto legal) deveria ser publicado, mesmo assim redigido de forma a não quebrar o sigilo do assunto. Ao todo, foram editados 13 DRs (também chamados Decretos Secretos).

Comunidade. "A maioria deles foi editada no governo Figueiredo (1979-1985). E a maior parte era vinculada ao Serviço Nacional de Informações. É a comunidade do Figueiredo", diz a historiadora Maria Celina D'Araújo, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), lembrando que o último presidente do regime militar havia sido, no governo anterior, de Ernesto Geisel, ministro-chefe do SNI, onde era muito querido.

Entre abril de 1979 e maio de 1982, Figueiredo baixou nove DRs. Cinco versavam sobre o SNI. Nessa sequência, destaca-se o DR 5, de 12 de julho de 1979, que criou o Fundo Especial do SNI, instrumento contábil destinado a custear "projetos e atividades específicos do Serviço Nacional de Informações, da Escola Nacional de Informações e de outros órgãos (do serviço)". O texto estabelece fontes públicas e privadas para financiamento do fundo e cria contas no exterior, para uso dos agentes.

Outro DR, o número 12, de 1982, criou o Centro de Pesquisas e Desenvolvimento para Segurança das Comunicações, órgão do SNI dedicado à criptografia e até hoje em atividade, na Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Outros três (DRs 6, 7 e 11) garantiram postos e prerrogativas militares. Os quatro restantes do período Figueiredo abordam assuntos militares: criação do 1º Grupo de Defesa Aérea (4), da Estrutura Militar de Guerra (8), do Comando de Defesa Aeroespacial (9) e do Núcleo desse comando (10).

Ironicamente, o criador dos DRs, Médici, editou apenas três - os de números 1, 2 e 3, que mudam denominações ou criam unidades militares. O presidente José Sarney editou o DR 13.

Originalmente, o SNI não era um órgão militar - não era ligado a nenhuma das Forças Armadas -, embora tivesse militares no comando e fosse considerado um ministério militar pelo senso comum. A partir de 1967, aprofundou a sua militarização.

"Foi durante a gestão de Figueiredo que o SNI mais cresceu. Seu orçamento se expandiu, e o órgão virou um superministério, com muitos recursos e pessoal", explica o historiador Carlos Fico, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, autor do livro Como eles agiam, sobre a repressão do regime militar.

Parte II - Por que a América Latina pune os ditadores e torturadores e o Brasil ainda não?

- ✓ A Comissão da Verdade nos bastidores
- ✓ Latinos julgam tiranos da ditadura

Os impasses para apurar os crimes da ditadura. E a Comissão da Verdade?

6. A Comissão da Verdade nos bastidores

Conciliação, de novo

Por Consuelo Dieguez

Como um acordo entre o governo e a cúpula das Forças Armadas, e entre o PT, o PSDB e o DEM, impede que a Comissão da Verdade julgue militares e policiais que torturaram, mataram e desapareceram com corpos durante a ditadura

No dia 20 de maio de 2010, a Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos reuniu-se para analisar a responsabilidade do Estado brasileiro na morte de guerrilheiros do

Araguaia.



Seguindo a tradição da Corte, que se reuniu em San José, falaram em defesa do governo o embaixador do Brasil na Costa Rica e os representantes da Advocacia-Geral da União. O terceiro nome brasileiro, ao

contrário do esperado, não era da Secretaria Especial de Direitos Humanos

ou do Itamaraty. Quem falou foi um advogado do Ministério da Defesa.

As vítimas foram representadas por Criméia de Almeida, sobrevivente da guerrilha, familiares de alguns dos setenta militantes mortos pelo Exército entre 1972 e 1976 e representantes do Centro pela Justiça e o Direito Internacional, organização dedicada à defesa dos direitos humanos. Os parentes dos mortos esperavam que a Corte intimasse o Brasil a esclarecer duas coisas. Primeiro, como os guerrilheiros pereceram e onde os seus corpos foram enterrados, para que pudessem recolher as ossadas e lhes dar uma sepultura digna. Depois, que fossem apontados os responsáveis pelas mortes, para serem julgados.

Durante dois dias de audiência, os oitos juízes ouviram relatos da busca que começou um ano depois da aprovação da Lei de Anistia, quando uma caravana de pais, filhos, mulheres e irmãos dos guerrilheiros foi ao sul do Pará. Ali, entre 1972 e 1976, cerca de oitenta militantes do Partido Comunista do Brasil – a maioria entre 18 e 25 anos – iniciaram uma luta armada para derrubar a ditadura e criar o embrião de um regime comunista.

Ao descobrir a movimentação, o Exército despachou para a região 4 mil homens armados. Menos de dez militantes sobreviveram. Ou por terem sido presos ainda no início da ação, quando interessava aos militares manter os guerrilheiros vivos para interrogatório. Ou porque escaparam ao cerco militar.

Pelos relatos que tiveram de moradores e ex-militares, os setenta desaparecidos foram quase todos presos, torturados e executados. Poucos morreram em confronto. Em 1982, as famílias entraram com uma ação na Justiça pedindo o esclarecimento das mortes, a entrega dos corpos e a punição dos responsáveis. Desde então, todos os governos (João Figueiredo, José Sarney, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva) entraram com recursos para protelar a ação. Somente em 2007 a Justiça deu ganho de causa às famílias e mandou que a sentença fosse cumprida. Depois disso, nada aconteceu.

A Corte é a última instância a que se pode recorrer em casos de graves violações de direitos humanos em países da Organização dos Estados Americanos, a OEA. Isso só pode ser feito ao se esgotarem todas as medidas legais nos países de origem para que se obtenha justiça. Com a negativa do Estado em esclarecer o caso brasileiro, em 1995 o Centro pela Justiça e Direito Internacional, que tem sede em Washington, acionou a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. O Ministério das Relações Exteriores entrou com oito pedidos de arquivamento. Alegava que a Lei de Anistia perdoara tanto os agentes da repressão quanto os insurgentes.

Portanto, não se tratava de uma autoanistia dos militares.

Só em 2009 a comissão criada pela OEA para investigar o assunto decidiu que os parentes dos mortos no Araguaia tinham razão. Fez reiterados pedidos ao governo brasileiro para que prestasse conta dos atos de Estado no Araguaia. O Brasil solicitou mais prazos, que foram concedidos, mas não atendeu a nenhum dos apelos. No ano seguinte, a Comissão Interamericana levou o caso à Corte de Direitos Humanos.

Um mês antes de a Corte se reunir, no entanto, o Supremo Tribunal Federal derrubou, em Brasília, a ação de inconstitucionalidade impetrada pela Ordem dos Advogados. Para a OAB, a Lei de Anistia não beneficiava agentes do Estado torturadores. Noutras palavras, o Supremo decidiu que eles são intocáveis.

Belisário dos Santos Júnior é um advogado paulista que defendeu presos políticos na ditadura. Ele mesmo foi preso três vezes e teve seu escritório invadido por agentes dos órgãos de repressão. Numa tarde de maio de 2010, ele sentou-se em frente aos juízes da Corte da OEA. Como participou da Comissão da Anistia, contou como ela funcionava: “Buscava-se uma anistia ampla, geral e irrestrita para todos os perseguidos políticos. Essas eram as palavras de ordem dos movimentos sociais. Em nenhum momento se pediu anistia para os torturadores. Nem havia por quê, já que o governo militar não aceitava que houvesse tortura, nem desaparecidos políticos.”

No entendimento de Belisário dos Santos, não houve negociação, e sim imposição militar. A lei ficou aquém do que os seus defensores queriam. Mas a aceitaram por ser a única maneira de os presos serem libertados e os exilados voltarem. O advogado disse que, 31 anos depois, na sua sentença, o Supremo manteve a mesma imposição.

Os juízes da Corte entenderam da mesma forma: usar uma mesma lei para beneficiar os dois lados teria sido manobra de militares brasileiros para impedir o eventual julgamento, no futuro, dos seus crimes. Um dos juízes foi irônico. Disse que o Brasil encontrara, na Lei de Anistia, “um jeitinho” para burlar a convenção da OEA que considera imprescritíveis os crimes de grave violação dos direitos humanos: “O jeitinho brasileiro é muito útil. Só que nós temos uma formação mais cartesiana. A Corte não conhece jeitinhos.”

José Gregori, um homem alto, robusto e cujos cabelos brancos começam a rarear, foi secretário nacional dos Direitos Humanos no governo Fernando Henrique Cardoso, em cuja primeira gestão foi criada a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Gregori, que

foi ministro da Justiça do governo tucano, também prestou depoimento na Corte. Disse que a Lei de Anistia sempre foi um impeditivo para se apurar e mover ações contra agentes do Estado. Tanto que a Comissão Especial sobre os Mortos e Desaparecidos Políticos nunca esclareceu nenhum caso, apesar de ter sido criada com esse fim. Ela reconheceu que os desaparecidos haviam sido executados, embora não se soubesse como, quando e onde. Concedeu atestados de óbitos para as famílias – a causa morte vinha em branco –, pagou uma indenização e encerrou o assunto. Mas Gregori defendeu a decisão do STF e disse aos juízes: “A ditadura tinha fraturado o Brasil e a anistia veio reequilibrar as forças, por meio da reconciliação.”

O jurista José Paulo Sepúlveda Pertence, um ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, ligado ao PT, disse em San José não ter dúvida de que, em 1979, a intenção era mesmo anistiar os agentes estatais. E que, como o governo militar pressionou, acabou-se fazendo um acordo. Segundo ele, não havia saída: ou se aprovava a lei daquela forma, anistiando também os agentes públicos, ou não se teria tido anistia. Para Pertence, o Supremo agora decidiu bem: a lei é irrevogável.

Um relatório da Anistia Internacional, de 2010, constatou que, das quarenta comissões da verdade instaladas em todo o mundo entre 1974 e 2010, a grande maioria rejeitou as leis de anistia concedidas a agentes do Estado. Das comissões analisadas, apenas cinco recomendaram a anistia a funcionários encarregados da repressão.

Na Argentina, por exemplo, a Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas, de 1983, surgiu logo após a derrocada do regime. Mais de mil agentes do Estado foram levados a julgamento, assim como os integrantes da Junta Militar que comandou o país entre 1976 e 1983 – e foi responsável pela morte e desaparecimento de 30 mil pessoas, além do sequestro de bebês de presos políticos. Dois anos depois, o comandante em chefe do Exército, Jorge Rafael Videla, que presidiu a Junta, foi condenado à prisão perpétua. Mas a pena foi anulada, em 1990, por decreto do presidente Carlos Menem. Vinte anos depois, a Corte Suprema confirmou a condenação. No dia 22 de dezembro de 2010, Videla, aos 85 anos, foi condenado à prisão perpétua, junto com outros 29 oficiais, pelo assassinato de 31 presos políticos.

Ou seja: a Justiça sobre fatos passados é sensível a interesses do presente. Mas, quanto mais as ditaduras ficam para trás, maior é a chance de punir aqueles que ocupavam cargos no Estado. É o caso do Uruguai e do Chile.

Em 1985, a Comissão de Investigação sobre a Situação de Pessoas Desaparecidas e suas Causas, no Uruguai, coletou e enviou à Justiça informações sobre 64 agentes públicos suspeitos de crimes contra presos políticos. Pressões dos militares, no entanto, levaram o governo a aprovar no Congresso uma lei que os anistiava. Mas, em 2006, o ex-presidente Juan María Bordaberry foi condenado a trinta anos de prisão por ser responsável por ataques a opositores políticos. Em razão de sua saúde, cumpriu prisão domiciliar até morrer, no ano passado.

No Brasil, as forças políticas dominantes, à esquerda e à direita, sempre agiram no sentido de evitar as punições. Isso ficou claro para os juízes na Costa Rica durante o depoimento das vítimas, que relataram a dificuldade das famílias em obter informações sobre os mortos e desaparecidos. Elizabeth Silveira teve seu irmão, Luiz René, de 21 anos, um estudante de medicina do Rio de Janeiro, morto na guerrilha. Seu corpo nunca apareceu. Ela disse à Corte que todas as informações que as famílias conseguiram até hoje foram obtidas por meio de relatos de sobreviventes e de testemunhas civis que se dispuseram a falar. Nenhuma informação oficial foi disponibilizada. “Passados mais de trinta anos, os militares se recusam a fornecer documentos que ajudem a esclarecer as mortes não só dos guerrilheiros do Araguaia, mas de todos os opositores do regime”, disse.

Ao serem questionados sobre a recusa do Brasil em fornecer informações, os representantes do governo disseram na Corte que o governo enviaria ao Congresso o projeto de criação da Comissão Nacional da Verdade. Os juízes elogiaram a iniciativa. Mas ressaltaram que ela não substituiria a obrigação do Estado de levar a julgamento os agentes que se envolveram com tortura e assassinatos.

Conforme os depoimentos se sucediam, aumentava a desconfiança dos juízes em relação à boa vontade do governo brasileiro. O procurador Marlon Weichert, do Ministério Público Federal, que defende as famílias, foi bombardeado com perguntas. “Como se explica que uma sentença de 2007 ainda não tenha sido cumprida?”, perguntou um juiz. Ou: “De que maneira a Corte pode ajudar o Brasil a fazer uma justiça transicional da ditadura para a democracia?”

Felipe González, professor de direito internacional e membro da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, também criticou o Brasil. “O direito internacional ressalta que independentemente da Lei de Anistia subsiste a obrigação do Estado de investigar, julgar e sancionar crimes contra a humanidade”, disse. “Assim mesmo, o Estado brasileiro vem

invocando a complexidade do assunto para resolvê-lo.”

Na tarde do dia 21 de maio, coube ao advogado do Ministério da Defesa, Bruno Correia Cardoso, dar a última palavra em nome do Estado. Ao se dirigir à Corte, argumentou que deveria levar em consideração “as diferentes realidades das sociedades latino-americanas” e que a Corte não podia determinar sentenças que não poderiam ser cumpridas. Encerrou sua argumentação com palavras sombrias: “É necessário que os termos da sentença sejam exequíveis. Se forem de cumprimento juridicamente impossível, corremos o risco de limitar a sentença aos efeitos simbólicos.”

“Teria sido mais respeitoso que um representante do Itamaraty tivesse falado em nome do Estado”, disse-me Beatriz Affonso, do Centro pela Justiça e Direito Internacional. “O que passou para todos os presentes foi que o Ministério da Defesa estava dando a última palavra. Foi constrangedor ouvir o advogado dizer que o Brasil poderia não cumprir uma convenção da qual é signatário.”

Em novembro de 2010, duas semanas antes de ser dada a sentença, o governo brasileiro fez uma inesperada doação de 400 mil dólares para a Corte, que é sustentada com recursos dos países da OEA. Para Beatriz Affonso, a doação deixou no ar a impressão de ser uma tentativa do governo de ganhar a boa vontade dos juízes.

No dia 14 de dezembro, divulgou-se a sentença. Por unanimidade, a Corte condenou o Estado brasileiro por graves violações aos direitos humanos. E chegou a vinte conclusões. A primeira delas é que as disposições da Lei de Anistia brasileira que impedem a investigação de graves violações aos direitos humanos são incompatíveis com a convenção da OEA. Portanto, não poderiam continuar a ser obstáculo para a investigação não só dos desaparecidos no Araguaia como também de todos os outros casos de tortura e mortes. Determinou que o Estado brasileiro conduzisse “eficazmente” uma investigação penal dos fatos e punisse os responsáveis. A Corte decidiu, ainda, que supervisionaria o cumprimento da sentença. E deu o prazo de um ano para que o governo informasse sobre as providências que estariam sendo tomadas.

Embora a OEA não tenha poderes de impor sanções ao Brasil por não cumprir as decisões do tribunal, o desrespeito à decisão pode enfraquecer a posição de Brasília em alguns pleitos internacionais. Entre eles, o de conseguir um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

O governo então se mexeu, e acelerou o envio ao Congresso do projeto sobre a Comissão Nacional da Verdade. Durante um almoço num

restaurante árabe, em Brasília, o ex-deputado José Genoíno, hoje assessor do Ministério da Defesa, contou como ela foi criada. A proposta fora ventilada pela primeira vez em 2008. E colocara em lados opostos dois ministros do governo Lula: o da Defesa, Nelson Jobim, e o dos Direitos Humanos, Paulo Vanucchi.

De início, Vanucchi ganhou a parada. Da forma como a medida foi apresentada ao presidente Lula, a Comissão surgia com o objetivo não só de apurar as violações dos direitos, mas teria também poderes de julgar os crimes do Estado.

Os comandantes militares reagiram e se reuniram com Nelson Jobim. Disseram-lhe que não aceitavam a medida. Jobim levou a Lula a proposta dos comandantes: apuração sim, mas nada de julgamentos. E deixou claro ao presidente que se demitiria do Ministério da Defesa se a proposta fosse rejeitada. O presidente concordou com Jobim, e Vanucchi, amigo pessoal de Lula, acabou deixando a Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

Genoíno trabalhou no projeto junto com Jobim e o chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, general José Carlos de Nardi. “Sistematizamos uma série de leis de comissões da verdade para levar aos deputados”, contou. As primeiras reuniões foram com os líderes da oposição: Antônio Carlos Magalhães Neto, do DEM; Duarte Nogueira, do PSDB, e Rubens Bueno, do PPS. O DEM, que tinha mais resistências à criação da comissão porque muitos dos seus integrantes apoiaram o regime militar, aprovou a proposta. As negociações foram mais fáceis com o PSDB porque o projeto contava com a simpatia do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, de quem Jobim tinha sido ministro da Justiça.

O projeto estava em negociação na Câmara quando Nelson Jobim foi demitido do Ministério por outro motivo, suas declarações sobre a incapacidade das ministras: Gleisi Hoffmann, da Casa Civil, e Ideli Salvatti, das Relações Institucionais. Mas Jobim reuniu-se com as lideranças políticas e disse que aquele era um projeto do Estado. Embora saísse do governo, sua posição continuava a mesma. Os comandantes militares se comprometeram com o novo ministro da Defesa, Celso Amorim, a continuar defendendo o projeto junto à tropa.

Genoíno procurou o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e a secretária de Direitos Humanos, Maria do Rosário, e reforçou a ideia de que a saída de Jobim não poderia servir de pretexto para se alterar a proposta e enfraquecer a posição do Ministério da Defesa. “O Ministério da Defesa não podia ser o patinho feio, porque o projeto só estava saindo,

em grande parte, por causa do seu aval.” O projeto foi aprovado na Câmara sem ressalvas e Genoíno sugeriu o nome do senador Aloysio Nunes Ferreira Filho, do PSDB, para ser relator no Senado, o que foi aceito por todos os partidos.

Ao contrário da maioria dos parlamentares, que passam apenas três dias da semana em Brasília, Aloysio Nunes Ferreira mora na cidade com a mulher e os filhos dela. Ele tem 66 anos e está no seu terceiro casamento. O senador se formou em direito pelas Arcadas e se envolveu com o movimento estudantil. Filiou-se ao PCB, mas logo se juntou à Ação Libertadora Nacional, uma dissidência do Partido Comunista, comandada por Carlos Marighella. Na ALN, Aloysio, então com 23 anos, participou do assalto a um trem pagador para angariar recursos para a organização. Fugiu do Brasil, no final de 1968, e se exilou na França, onde obteve uma bolsa para estudar economia. Abandonou a luta armada. No final de 1979, recebeu um telefonema eufórico da mãe avisando que a Lei de Anistia fora aprovada. Voltou logo para o Brasil e filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro, partido criado e consentido pela ditadura.

Ele não teve dificuldades de apoiar o projeto. “A Comissão terá o poder de investigar, de solicitar documentos, de convocar pessoas para depor”, disse. “Junto com a lei que acabou com o sigilo de documentos referentes aos direitos humanos, será possível fazer um bom trabalho.”

O senador acha inadmissível que se questione a Lei de Anistia: “Podia-se dizer que, em 1979, o Congresso ainda era manietado. Mas a Constituição de 1988 foi feita em plena democracia e o Congresso manteve a lei como estava. Nós nos beneficiamos da Anistia e não há por que rever a lei agora.”

Mas reconheceu que “ficaram vítimas para trás. Os atropelados de forma suspeita, os mortos sob tortura ou em confrontos simulados, os desaparecidos. Essas verdades terão que ser esclarecidas. É o mínimo que o Estado pode fazer pelas famílias”.

Quando apresentou o projeto, o senador pediu a seus pares que não fizessem modificações: isso significaria ter que mandá-lo novamente para a Câmara, onde poderia ficar engavetado por vários anos. Mas ele mesmo fez uma intervenção no texto. Da forma como viera da Câmara, o dispositivo dava margem a se considerar que, em razão da Lei de Anistia, a Comissão da Verdade não poderia convocar agentes públicos a depor. Um dos artigos dizia que o objetivo da Comissão era “colaborar com todas as instâncias do poder público para apuração de violação de direitos humanos, observadas, porém, as disposições da Lei de Anistia”. O senador retirou a referência à

Lei de Anistia. Sem a mudança, a Comissão perderia até o poder de convocar testemunhas.

Durante a tramitação do projeto, organizações de familiares das vítimas procuraram o Executivo. Mas “em nenhum momento o governo convidou as entidades que trabalham na questão da verdade para discutir o projeto”, disse Elizabeth Silveira. “O que eles fazem é chamar isoladamente alguns familiares, que, sozinhos, não têm força.” O receio dela é “termos uma Comissão da Verdade apenas para jogar para a plateia”.

A Comissão da Verdade foi aprovada por unanimidade tanto na Câmara quanto no Senado, por meio de um acordo dos líderes de todos os partidos.

Na manhã de 18 de novembro passado, a presidente Dilma Rousseff sancionou a lei de criação da Comissão Nacional da Verdade numa festiva cerimônia no Palácio do Planalto. Estavam presentes famílias de mortos e desaparecidos – a maioria trajando camisetas com as fotos de seus parentes –, advogados que militam em direitos humanos e alguns políticos. Aloysio Nunes Ferreira alegou não ter sido convidado – fato que foi contestado pelo cerimonial do Planalto.

Na segunda fila das autoridades, ficaram os três comandantes das Forças Armadas – o almirante Julio Soares de Moura Neto, o general Enzo Peri, o brigadeiro Juniti Saito – e o chefe de Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, general De Nardi. A cerimônia, marcada para as 10 horas, começou com mais de meia hora de atraso. A presidente desceu a rampa do auditório mantendo uma conversa acalorada com os ministros José Eduardo Cardozo, Maria do Rosário e Celso Amorim. Subiram no pequeno palanque armado no auditório, acompanhados ainda do presidente da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, Marco Antônio Barbosa.

Junto aos familiares, em um canto do auditório, Vera Paiva, uma mulher jovial, de cabelos castanhos, estava nervosa e emocionada. Trazia um papel nas mãos. Era o discurso que faria em nome das famílias. O convite tinha partido, dias antes, da Secretaria Especial de Direitos Humanos.

Vera Paiva é filha do ex-deputado Rubens Paiva, sequestrado durante a ditadura. Ela fala dele com paixão. Lembra-se do seu entusiasmo, da sua coragem e do carinho para com a mulher e os cinco filhos. Rubens Paiva era um engenheiro civil que pertencera ao Partido Socialista e foi cassado em 1964. Perseguido pelo regime, fugiu do Brasil. Mas antes ajudou a retirar de Brasília, em seu aviãozinho particular, políticos também

perseguidos. Voltou em 1965 e, embora não estivesse mais filiado a qualquer partido, continuou resistindo à ditadura, trabalhando no *Última Hora*, de Samuel Wainer.

No dia 20 de janeiro de 1971, ao chegar em casa, um sobrado alugado na avenida Delfim Moreira, no Leblon, no Rio, voltando da praia com os filhos adolescentes, foi abordado por agentes do Departamento de Ordem Política e Social, o Dops, e levado preso sem qualquer explicação. A família ficou detida em casa. Uma de suas filhas, de 15 anos, jogou uma caixa de fósforos com um bilhete para o vizinho avisando a situação. Foi presa junto com a mãe e levada para o Dops. Foram deixadas dias depois, encapuzadas, num local deserto. Nunca mais viram o pai.

O único relato que ela tem do desaparecimento dele foi dado por um preso político, que disse ter ouvido os gritos do ex-deputado sendo torturado. Vera Paiva foi avisada pelo cerimonial do Planalto de que seu discurso tinha sido cancelado devido ao atraso na agenda. No dia seguinte, os jornais disseram que os comandantes militares não aceitaram que ela falasse. Genoíno desmentiu. Mas, de fato, os ministros militares não aplaudiram nenhum discurso de ministros. Só Dilma teve direito a palmas, bem comedidas. Deixaram claro que não gostavam do assunto da cerimônia.

Dias depois, Vera disse não ter motivos para desconfiar que sua fala tenha sido cassada. E elogiou a forma como a presidente Dilma – ela mesma torturada e presa pela ditadura – tratou os familiares depois da cerimônia. “Ela nos abraçou com muito carinho e eu me senti representada pelo discurso dela”, contou. “É fundamental que a população e, sobretudo, os jovens e as gerações futuras conheçam o nosso passado, principalmente o passado recente, quando muitas pessoas foram presas, torturadas e mortas”, disse Dilma no discurso. “A verdade sobre nosso passado é fundamental para que aqueles fatos que mancharam a nossa história nunca voltem a acontecer.”

A lei que criou a Comissão da Verdade fixou que o período de apuração seria o de 1946 a 1988, para não se restringir ao regime militar. Estabeleceu que será composta por sete membros, escolhidos pela presidente, e terá dois anos de funcionamento. Seu objetivo é o mesmo da Comissão sobre Mortos e Desaparecidos: “Esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos graves de violações aos direitos humanos; promover o esclarecimento de casos de tortura, morte e desaparecimentos forçados; identificar e tornar públicos as estruturas, os locais e as circunstâncias relacionados à prática de violações dos direitos humanos.”

A secretária Maria do Rosário Nunes, dos Direitos Humanos, acredita que agora os militares poderão finalmente entregar os documentos sigilosos sobre desaparecimentos e assassinatos: “É a primeira vez que temos um instrumento real de convocação, de chamar a responsabilidade quem tenha informações sobre os fatos, sobre as violações, e de acessar toda a documentação.”

O jurista Fábio Konder Comparato, de 75 anos, foi quem entrou com a representação da OAB no Supremo questionando o entendimento dado à Lei de Anistia. Ele mora numa casa no Alto de Pinheiros, em São Paulo. No seu escritório, com vista para um pequeno jardim, foi cético quanto aos resultados da Comissão da Verdade. “A criação da Comissão ficou prejudicada com a decisão não declarada, mas óbvia, de o governo não dar cumprimento à sentença condenatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos”, disse, e respirou fundo, como se demonstrasse um profundo cansaço com o andamento das coisas no Brasil. Para ele, a criação da Comissão é, na melhor das hipóteses, um erro histórico; na pior, uma impostura.

“Fala-se em reconciliação nacional, o que é uma falácia”, disse. “Reconciliação houve na África do Sul, onde durante séculos a minoria branca dominou toda a vida social e econômica. Quando houve mudança no poder soberano, foi preciso impedir a guerra civil. No Brasil, o poder soberano continua como dantes no quartel de Abrantes. A imensa maioria da população, é preciso reconhecer, sempre ficou indiferente ao regime militar. Não quis tomar conhecimento dos horrores praticados, e ficou praticamente indiferente à mudança do regime anterior para o atual. Que reconciliação é essa se nunca houve confronto?”

Perguntei-lhe o argumento principal dos militares. Eles acham que, para ser imparcial, a Comissão teria que investigar os dois lados: repressores e reprimidos, militares e guerrilheiros, policiais e terroristas, situação e oposição à ditadura. Comparato esfregou a mão na testa e enumerou as cifras oficiais da Comissão de Mortos e Desaparecidos: “Quais são esses dois lados? Um deles conta com 20 mil presos políticos, alguns torturados até a morte; 354 pessoas sumariamente executadas e cujos cadáveres continuam desaparecidos. Mais de 10 mil pessoas que responderam a inquéritos policiais militares, 707 denunciadas e processadas criminalmente por crimes contra a segurança nacional, 130 banidos, quase 5 mil funcionários públicos demitidos. Isso é um lado.”

E continuou a exposição: “Agora, o outro lado. Apenas um militar foi submetido a um inquérito policial militar, que foi arquivado por falta de

provas”, afirmou, alterando a voz. Trata-se do capitão Wilson Dias Machado, que conduzia o carro, acompanhado de um sargento, com uma bomba que lhe explodiu no colo. A bomba seria jogada no Riocentro, onde se realizava um show em defesa das liberdades democráticas. O sargento morreu e o capitão foi promovido a coronel.

Sobre as dificuldades para achar as ossadas dos desaparecidos e mortos, Comparato reagiu: “É óbvio que os militares sabem onde estão os corpos. O major Curió, que participou da guerrilha, já disse tanta coisa. Essa Comissão não passa de uma grande encenação.”

Laura Petit, uma mulher pequena, de gestos contidos e fala mansa, foi a primeira familiar de vítimas a ser chamada pelos juízes para dar seu depoimento na Costa Rica. Contou que, no começo de 1971, seus três irmãos – Lúcio, engenheiro, de 27 anos; Jaime, estudante, de 25; e Maria Lúcia, professora primária, de 19 – deixaram São Paulo para uma missão política “no interior”. Foi a última vez que Laura os viu.

Durante anos, esperou. Quando a anistia foi aprovada, veio a esperança de que eles voltariam. Mas nada. Em 1980, soube que os três tinham ido para o Araguaia. A partir daí, Laura e a mãe juntaram-se a outros familiares nas buscas por notícias. A pergunta que faziam era: será que ainda estão vivos? Quando estive na região do Araguaia, ouviu de um dos camponeses que seu irmão Jaime teria sido encontrado por uma patrulha do Exército. Estava sozinho, doente, sem alimentos, numa barraca no meio da selva. Foi morto com uma saraivada de tiros. Teve a cabeça decepada e colocada num saco. Seu corpo foi enterrado numa vala.

A ossada de sua irmã Maria Lúcia, morta quando buscava alimento na casa de um camponês, foi encontrada em 1991, e só liberada para sepultamento em 1996. De seu irmão Lúcio, não se sabe nada.

Laura contou para os juízes da Corte que, no dia da votação do pedido de revisão da Lei de Anistia pelo Supremo Tribunal, ela levava na bolsa uma camiseta confeccionada pelos familiares. Eles foram proibidos de usá-la sob a alegação de que constrangeriam os juízes. “Naquele mesmo dia”, disse ela, “a sessão foi interrompida para que os ministros do Supremo fossem jantar com o presidente Lula. No dia seguinte, eles votaram contra a revisão da lei. Nós não podíamos entrar com nossas camisetas, mas eles não se sentiram constrangidos em jantar com o presidente da República na véspera da votação.”

Criméia de Almeida é uma das poucas sobreviventes da guerrilha. Ela deixou o Araguaia pouco antes da chegada das tropas. Estava grávida de André Grabois, filho de Maurício Grabois, líder do PC do B. Pai e filho

morreram no Araguaia e seus corpos não foram encontrados. Criméia, grávida, foi presa e torturada. Seu filho, João Carlos, nasceu na prisão. O tempo todo sofreu ameaças de que a criança seria levada e entregue a um general para ser criada com ódio aos comunistas.

Um dos juízes pediu que ela dissesse alto o que estava escrito nas camisetas que as famílias foram impedidas de usar no julgamento do STF. Ela disse: “A única luta que se perde é a que se abandona.” O juiz pediu que ela repetisse mais alto. Sua fala foi acompanhada por todas as famílias que assistiam ao julgamento.

Na audiência da Corte, ela contou aos juízes o porquê de sua desconfiança de que os agentes da repressão se disponham a falar sobre o passado. Em 2007, disse ela, durante a audiência com a juíza em Brasília, que determinou que o Estado desse uma resposta às famílias, um dos militares que participaram do combate à guerrilha, o coronel Lício Maciel, foi chamado a testemunhar. Ele disse: “Vocês querem ossos? Procurem nos meus bolsos.” Depois, durante uma homenagem prestada ao coronel Lício Maciel pelo Congresso, ele falou: “A dona Criméia deve estar ouvindo isso. E eu quero dizer que eu matei o marido dela, o bandidão do André.”

O general Luiz Eduardo Rocha Paiva é um homem de cabelos grisalhos e porte atlético, que aparenta menos que os seus 62 anos. Na reserva há alguns anos, virou uma espécie de porta-voz dos militares insatisfeitos com as discussões sobre a revisão da Lei de Anistia. Ele me disse que muitos dos seus “companheiros se dedicavam, com grande sacrifício, a combater os grupos armados de esquerda que queriam instaurar no Brasil uma ditadura totalitária nos moldes da União Soviética”. E acrescentou: “Se alguns infringiram a lei, foram anistiados, assim como os terroristas que cometeram sequestros e assassinatos também foram.”

O general Rocha Paiva possui um arquivo recheado de dados para contestar todas as acusações feitas ao regime militar. Disse que a esquerda conta os seus mortos, mas esquece de contar as mortes que provocou do outro lado. Segundo os números do general, cerca de 120 pessoas morreram, entre militares em combate e civis inocentes que foram atingidos por bombas e tiroteios promovidos pelos guerrilheiros. Nenhuma bibliografia civil sustenta esses números.

Sua explicação para a criação da Comissão é o espírito revanchista do governo e de grupos de esquerda. “Para que Comissão da Verdade? Basta buscar nas livrarias, na internet. Há uma vastíssima biografia sobre os anos do regime militar. O que se quer é buscar e punir os agentes do

Estado.”

Apesar de a Comissão não ter poderes para punir e de o STF ter reforçado que a Lei de Anistia não permite mais julgamentos, Rocha Paiva não descarta que esses julgamentos possam vir a ocorrer. “O direito é filho do poder”, disse. “A presidenta é uma ex-guerrilheira, o relator no Senado foi um ex-guerrilheiro, a Comissão será instalada na Casa Civil e a presidenta irá escolher os nomes de quem a comporá. Como é possível garantir a parcialidade dessa Comissão? Ela só existiria se houvesse três membros da esquerda e três dos clubes militares.”

Enquanto mostrava reportagens antigas de jornais com notícias sobre assassinatos cometidos pelos “terroristas”, Rocha Paiva perguntou: “O que é pior, um torturador ou um terrorista?” E ele mesmo respondeu: “O terrorista, pois mata inocentes. O torturador causa mal a uma pessoa. Torturador e assassino, seja de que lado for, seriam passíveis de punição, caso não tivesse havido anistia. Agora, sataniza-se o torturador e se endeusa o terrorista. O Ministério da Defesa e as Forças Armadas estão sendo enganados por essa lei.”

No Chile, a ditadura comandada por Augusto Pinochet, entre 1973 e 1990, torturou mais de 40 mil pessoas, das quais 4 mil tiveram sua morte comprovada. Pinochet foi preso, em outubro de 1998, em Londres, a pedido da Justiça espanhola, que queria julgá-lo por crimes contra os direitos humanos cometidos contra cidadãos espanhóis. Ficou preso 503 dias na Inglaterra, mas conseguiu ser extraditado para o Chile com a ajuda da ex-primeira ministra, Margaret Thatcher. Lá, acabou sendo condenado por desvio de dinheiro público. Morreu de ataque cardíaco, aos 91 anos. Todos os apontados como torturadores e assassinos foram processados.

O Peru criou sua Comissão da Verdade, em 2001, com poderes de processar e enviar para a Corte os documentos comprovando as violações. Um dos processados, julgados e condenados a pedido da Comissão foi o ex-presidente Alberto Fujimori.

Em 2003, foi a vez de o Paraguai criar sua Comissão, que encaminhou à Justiça documentos que permitiram processar vários violadores dos direitos humanos. No Equador, a Comissão da Verdade foi criada em 2007, e seus integrantes também encaminharam à Justiça uma lista de criminosos do regime para serem processados. Em todos os países sul-americanos, a apuração da verdade não substituiu as ações judiciais.

Por que o Brasil tem tanta dificuldade em acertar legalmente suas contas com a repressão ditatorial? O jurista Dalmo Dallari, que presidiu a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, nos anos 70, tem

uma explicação. “Se fizermos uma verificação histórica do comportamento de Portugal e Espanha, veremos uma diferença muito assinalada”, disse. “Os espanhóis são muito mais radicais, o português é conciliador. Isso se refletiu na América Latina. A América espanhola é muito mais radical que a portuguesa.”

Dallari está otimista com a Comissão da Verdade. Acha que ela conseguirá apurar novos fatos, mas considerou equivocada a decisão do STF de considerar que a Lei de Anistia vale para torturador: “Crime de tortura e desaparecimento não prescreve. Essa é uma questão que ainda será muito discutida daqui para a frente.” Fábio Comparato faz coro à tese de Dallari. “O grande princípio da política no Brasil é a conciliação”, disse. “Os partidos nunca querem chegar às vias de fato.”

O colombiano Rodrigo Uprimny é especialista em justiça de transição de ditaduras para democracias. A pedido da Comissão da OEA, ele apresentou um estudo sobre o eventual impacto na sociedade brasileira atual, causado pelo desconhecimento da verdade do seu passado. Ele traçou um quadro detalhado dos efeitos da falta de julgamentos penais por violações de direitos humanos. A falta da verdade, disse o perito, implica a violação do direito das famílias e os traumas tendem a persistir.

“Se um Estado desenvolve apenas um esquema de reparação, mas sem justiça, as reparações serão entendidas pelas vítimas como uma forma de comprar o seu silêncio”, disse Uprimny. “Eles verão essas indenizações como um dinheiro ensanguentado, e não haverá um componente reparador.”

Um estudo feito pela Universidade de Minnesota, nos Estados Unidos, comparou mais de 100 casos de processos transicionais. E concluiu que, nos países onde houve julgamento e comissões da verdade, há um respeito muito maior ao direito à vida e à integridade física da população do que naqueles que não adotaram essas medidas. “Quando não há processos, responsabilização e esclarecimento, tendem a persistir enclaves autoritários, déficit de estado de direito e redução das garantias individuais”, disse Uprimny.

Ele acha que não houve no Brasil esforço significativo de reparação. Houve esforços extrainstitucionais, mas não julgamento e verdade. Por isso, a seu ver, as garantias de não repetição de violações aos direitos humanos são precárias: “O Brasil tem uma democracia sólida e invejável, mas no plano da garantia do estado de direito subsistem enclaves autoritários complexos, como a violência policial, maior que a de qualquer país do mundo, com altíssima impunidade.”

A punição de militares poderia ser uma ameaça às democracias relativamente recentes? “Esse é um debate teórico”, disse Uprimny. “Mas creio que, na prática, as perseguições penais raramente desestabilizam as democracias.”

O José Gregori lembrou que, no começo do governo Fernando Henrique, houve pressões de militares contra a instalação da Comissão dos Mortos e Desaparecidos. “Foi um desafio muito grande para nós naquela época”, disse. Para ele, embora a democracia no Brasil esteja consolidada, não há razão para se abrir uma crise institucional, que ele acredita que irá ocorrer caso se julguem e se mandem militares para a prisão. “Nossa democracia é uma plantinha tenra, que tem que ser regada todos os dias”, falou com seu vozeirão calmo e pausado. “Nesse sentido, penso como Ulysses Guimarães: nós não somos uma Suécia.”

O consultório do psicólogo paulista Paulo César Endo fica num sobrado em Perdizes. Ele analisa as consequências da não punição aos crimes contra os direitos humanos por duas vertentes. Uma pelo lado das vítimas, outra pelo efeito na sociedade. Foi ele quem fez a perícia dos danos psicológicos sobre as famílias dos desaparecidos no Araguaia. “O psiquismo precisa de um material para produzir o seu luto”, disse. “Por isso os enterros, as missas, os rituais. Os rituais falam disso. Se aceita que a pessoa vá, não tem volta. Quando você tira isso das famílias, você impede o processo de luto. Elas se recusam a fazer o luto. Porque sem o corpo é como se você tivesse que matar seu ente querido. E há uma recusa disso.”

Lorena Moroni Girão Barroso tinha 14 anos quando sua irmã, Jana Moroni, de 21 anos, estudante de biologia no Rio, partiu para o Araguaia. Até hoje ela sofre ao falar do assunto. Um trecho do seu depoimento a Paulo Endo, que o encaminhou à Comissão da OEA, diz:

Chegou, porém, um dia em que Jana chamou meus pais no quarto e de lá eles saíram chorando. Meu pai me chamou e me disse aos prantos: “A Jana vai embora...” Perguntei: “Para onde?” E ele falou: “Ela não pode dizer, por questão de segurança. Mas vai lá e fala para ela, pede a ela para ficar. Se você pedir, ela fica, ela é sua madrinha.” Isso é uma das maiores tristezas da minha vida. Durante anos me senti culpada pela partida dela. Na minha mente juvenil, sempre achei que ela tinha ido embora porque eu não havia pedido com a convicção e ênfase necessárias. Embora eu tenha trabalhado tal aspecto na terapia, e racionalmente saiba que nada a faria mudar de ideia, esta é uma passagem na vida em relação a qual eu sempre desabo de chorar. É como se eu tivesse desapontado meus pais na única tarefa importante que eles me deram: impedir a

partida da Jana. E como eu falhei nisso, nada mais importa; qualquer êxito ou vitória ficará eternamente obscurecido por essa derrota: não conseguir fazer com que a Jana não fosse embora. E, no dia seguinte, ela partiu para nunca mais voltar.

Outra consequência da impunidade, na avaliação de Paulo Endo, é a violência policial sobre a população carente. “Como não há punição, acredita-se que se pode continuar torturando”, disse. “No Brasil, desde o Descobrimento, há um grupo no qual a intrusão ao corpo é permitida. Primeiro os índios, depois os escravos, os militantes de esquerda, os pobres e negros, os homossexuais.”

O psicólogo lembrou que a tortura continua impune: “Nunca nenhum agente do Estado foi condenado por tortura. O máximo que se condena é dona de casa que tortura empregada.” Outro efeito da impunidade são os grupos de extermínio, nos moldes que existiam no regime militar: “No Brasil, dos 26 estados, dezesseis têm grupos de extermínio mapeados e nada se faz a respeito.”

O presidente da OAB do Rio, Wadih Damous, esteve na Corte da OEA. Ele não consegue entender por que os militares atuais não concordam com a exposição da verdade e punição dos criminosos. “Esses nossos comandantes não têm nada a ver com os crimes que seus antecessores praticaram”, disse. “Localizar os corpos para que as famílias possam enterrá-los é um princípio básico da civilização. Foge a qualquer ideologia e religião. É um princípio humanitário.”

Romildo Valle perdeu o irmão, Ramires, em 1973. As fotos de seu corpo carbonizado saíram no jornal da época. Mas ele nunca conseguiu localizá-lo. Nos anos 80, com a abertura dos arquivos da polícia no Rio, conseguiu descobrir, junto com outros parentes de vítimas da ditadura, que havia corpos enterrados numa vala num cemitério de subúrbio. Nos arquivos, descobriu o atestado de óbito do irmão e soube que o corpo tinha sido levado para lá.

A ossada de Ramires, e de mais catorze militantes de esquerda, estava misturada a mais de 2 mil ossadas de indigentes. Em dezembro passado, as famílias dos militantes recolheram catorze ossadas, sem qualquer identificação, e as enterraram num memorial, construído pela prefeitura em homenagem às vítimas.

Para Romildo foi importante fazer o ritual de luto e saber que no memorial está o nome de seu irmão Ramires. Os familiares de outros 140 desaparecidos esperam, embora sem muita convicção, que a Comissão da Verdade traga à tona a história deles.

<http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-64/questoes-historico-politicas/conciliacao-de-novo>

Como os ditadores e torturadores estão sendo punidos na América Latina

7. Latinos julgam tiranos da ditadura

Ruth Costas
25 de fevereiro de 2012
O Estado de S. Paulo

Onda de julgamentos na região cria o que especialistas chamam de 'cascata de justiça'

OXFORD, INGLATERRA - Parentes de vítimas de alguns dos massacres mais cruéis da história latino-americana passaram a última semana celebrando a decisão da Justiça da Guatemala de julgar o ex-ditador José Efraín Ríos Montt. Foi uma notícia bem-vinda no ano em que se completam 30 anos da matança de Dois Erres - um entre os muitos massacres ocorridos durante a ditadura de Ríos Montt (1981-1982).

É difícil prever os resultados do julgamento do ex-ditador, mas a decisão de colocá-lo no banco dos réus consolida uma tendência que ganha força na América Latina, definida pela cientista política Kathryn Sikkink como "cascata de justiça". Nos últimos anos, um número cada vez maior de países da região está abrindo os baús de seus períodos autoritários e levando para os tribunais agentes do Estado responsáveis por atrocidades. A Argentina foi a primeira a investigar os segredos dos generais e é o país que mais avança nos julgamentos por graves abusos aos direitos humanos.

No Uruguai, o Congresso derogou a lei de anistia em outubro, facilitando o julgamento de militares e policiais. No Chile, desde que Augusto Pinochet teve de alegar demência para não ser julgado, dezenas de militares foram indiciados. No Peru, o ex-presidente Alberto Fujimori foi condenado a 25 anos de prisão em 2009 pelos massacres de Barrios Altos e La Cantuta.

Por fim, no Brasil, apesar de que hoje a possibilidade de que alguém seja julgado pareça ser mínima, uma comissão da verdade será

criada para investigar violações aos direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988. É claro que os avanços são graduais. "Mas trata-se de uma tendência que está avançando com firmeza na região", diz Sikkink, que lançou um livro explicando o fenômeno no ano passado e é especialista no que vem sendo chamado de "justiça de transição" - os mecanismos usados para resolver pendências históricas relativas a períodos autoritários ou conflitos civis. "Nesse sentido, o julgamento de Ríos Montt não foi uma surpresa, mas o resultado de um contexto favorável e anos de trabalho daqueles que se esforçaram para documentar os crimes e construir casos fortes."

O que explica a onda de julgamentos e revisões históricas, após uma geração de imobilismo? "Primeiro, um processo de aprendizagem e troca de experiências entre grupos de defesa dos direitos humanos da região", diz a socióloga Leigh Payne, da Universidade de Oxford.

Leigh coordena um projeto que está construindo uma base de dados com 91 casos de transições democráticas e processos de paz para analisar como leis de anistia, comissões da verdade, reparações e julgamentos podem favorecer ou dificultar a estabilização de um país e avanços na área de direitos humanos. Ela explica que os ativistas latino-americanos foram bastante "inovadores" em suas táticas para driblar impedimentos materiais e oficiais impostos para a investigação dos crimes após as transições democráticas. Com os anos, as estratégias de sucesso em um país foram exportadas ou copiadas por outros.

Técnicas. Na Guatemala, um grupo de antropólogos forenses começou a abrir as valas comuns sob a tutela de grupos argentinos e chilenos. Os Guatemaltecos seguiram os passos dos chilenos ao alimentar tribunais da Espanha (que clama jurisdição internacional) de evidências contra Ríos Montt e conseguiram um pedido de extradição em 2007. A técnica de coletar DNA de parentes de desaparecidos para identificar seus restos mortais ou encontrar seus filhos sequestrados se popularizou a partir da Argentina. Os argentinos também foram os que mais exportaram inovações no campo jurídico - como a noção de que os desaparecimentos seriam "crimes em curso", que os excluiu da anistia aos militares.

Um segundo fator por trás da onda de justiça parece estar relacionado a uma questão de geração. Muitas vezes, para os que viveram experiências traumáticas, esquecer é a única forma de tocar a vida adiante. Já os filhos desses sobreviventes ou de desaparecidos, hoje adultos, anseiam por recuperar a história dos pais, como explica Francesca Lessa,

pesquisadora de Oxford especialista em Cone Sul. "No Uruguai e Argentina esses jovens estão entre os mais empenhados em impulsionar os julgamentos."

Marcie Mersky, do International Center for Transitional Justice, ressalta que a passagem do tempo é necessária também por uma questão institucional: "Logo após um período autoritário, o Judiciário costuma estar enfraquecido e pode haver a ameaça de novos golpes", explica. "Além disso, as pessoas têm medo de falar sobre a repressão."

Um dos resultados da análise da base de dados na Universidade de Oxford aponta nessa direção. "Estatisticamente, os países que avançaram mais em termos de estabilidade e respeito aos direitos humanos foram os que julgaram os responsáveis pelos abusos, mas que também adotaram leis de anistia em algum ponto", diz Leigh. "A explicação pode estar ligada ao papel da anistia em evitar instabilidade política em um período inicial e ao fato de que, se há uma lei - e a impunidade não é só uma prática, como em alguns países africanos - ao menos é possível traçar uma estratégia para atacá-la ou flexibilizá-la."

Outro fator por trás da "cascata de justiça" diz respeito à pressão internacional e a práticas e princípios que estão se consolidando em tribunais regionais e internacionais. A Comissão e a Corte Interamericana de Direitos Humanos, acionadas por grupos locais, pressionaram governos da região a apurarem casos como o de Dois Erres. A corte condenou as anistias de alguns países, como o Uruguai, e advertiu o Brasil a investigar a repressão no Araguaia. "Está ganhando aceitação as ideias de que, primeiro, esses casos de massacres, torturas e desaparecimentos são crimes contra a humanidade e, segundo, agentes estatais podem ser responsabilizados individualmente por eles", diz Leigh.

Alguns especialistas também apontam para o fator político como um dos propulsores da onda de processos e investigações já que muitos avanços ocorreram quando as rédeas de boa parte da região foram tomadas por governos de esquerda - muitas vezes por líderes perseguidos pela ditadura. Mas esse não é o caso da Guatemala, governada pelo general Otto Perez Molina. "Sabemos que para parte do governo não é interessante abrir precedente com uma condenação de Ríos Montt, mas esperamos que respeitem a independência do Judiciário", diz Juan Francisco Soto, do Centro de Ação Legal para os Direitos Humanos, na Guatemala.

Conflito na Guatemala é um dos mais sangrentos da região

26 de fevereiro de 2012
O Estado de S.Paulo

Durante período mais duro de ditadura de Ríos Montt, cerca de 3 mil pessoas eram mortas por mês no país

Todos os dias os cientistas da equipe de Fredy Peccerelli batem ponto em um escritório macabro: valas comuns com centenas de vítimas do conflito na Guatemala (1960-1996). Debruçando-se sobre ossadas, eles investigam crimes ocorridos 20 ou 30 anos atrás. "É uma rotina difícil", disse Peccerelli, por telefone, ao Estado. "O dia em que me acostumar a ver um bebê baleado ou uma senhora que teve os braços decepados é o dia em que terei de deixar isso aqui."

Peccerelli, à frente da Fundação de Antropologia Forense da Guatemala (FAFG), é um dos peritos no julgamento do ex-ditador José Efraín Ríos Montt. "Usamos a ciência para registrar o passado, para que as atrocidades não se repitam." Para ele, o julgamento de Ríos Montt já pode ser considerado uma vitória.

"A defesa do general não negou os massacres, o que é um avanço", diz a jornalista americana Pamela Yates, diretora do documentário Granito: como agarrar um ditador, sobre o ex-autocrata. O processo se concentrará no caso de três vilas indígenas. A defesa tentará provar que ele não sabia do que ocorria.

Com evidências das exumações, depoimentos e documentos oficiais, a acusação tentará ligá-lo à morte de 1.771 pessoas. Uma cena de Granito, gravada em 1982, pode reforçar seu argumento. "Se eu não posso controlar o Exército, o que estou fazendo aqui?", responde Ríos Montt ao ser questionado as matanças.

Os 36 anos do conflito deixaram 200 mil mortos em 600 massacres. Segundo uma comissão da verdade apoiada pela ONU, quase metade das mortes ocorreram nos dois anos da ditadura Ríos Montt (1982-1983). "Se considerarmos a escala de violência, o conflito na Guatemala foi a pior tragédia da história recente da América Latina", diz a cientista política Kathryn Sikkink. / R.C.

Brasil é o país que menos avançou em tema

26 de fevereiro de 2012
O Estado de S.Paulo

Centro pela Justiça promete campanha contra País caso investigação de violações no Araguaia não ocorra

O Centro pela Justiça e o Direito Internacional (Cejil), promete uma campanha internacional contra o Brasil caso ele não cumpra a decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos que o instrui a investigar e punir as violações aos direitos humanos ocorridas na repressão da guerrilha do Araguaia (1972-1975). O Cejil ajudou a abrir o processo na Corte e a decisão advertindo o Brasil foi anunciada em 2010.

"Este ano vão se cumprir dois anos sem avanços substanciais. Não faz sentido um país que quer entrar para o Conselho de Segurança da ONU se recusar a avançar na punição dos que, em nome do Estado, cometeram essas violações. Qual a idoneidade do Estado brasileiro para decidir sobre possíveis intervenções em outros países?", questiona Beatriz Affonso, diretora do Cejil.

Apesar de o Congresso ter aprovado a criação de uma comissão da verdade para apurar as violações aos direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988, o Brasil ainda é um dos países da região que menos avançaram na abertura dos baús do período autoritário. A comissão, a princípio, foi comemorada pelos grupos que representam as vítimas do regime, mas alguns apontam para o risco de a iniciativa ter sido apenas uma cortina de fumaça para reduzir o impacto da decisão da Corte. Beatriz, por exemplo, reclama que a Presidência teria ouvido apenas os militares sobre sua configuração técnica.

A comissão não deve ter poderes para fazer convocações nem julgar os crimes, mas desde o princípio, seu projeto causou inquietação entre setores das Forças Armadas. Segundo especialistas, a resistência é bastante limitante, já que tais comissões tendem a ter grande impacto nos países em que as Forças Armadas as veem como uma oportunidade para ganhar legitimidade, distanciando-se do passado.

Conforme explica Marcie Mersky, do International Center for Transitional Justice, contratado pelo governo como consultora no início do projeto, o impacto da comissão dependerá, entre outras coisas, de sua capacidade de ganhar a confiança da sociedade: "É essencial que a indicação seja feita de forma razoavelmente transparente". / R. C.

Marcas da Memória:

Um projeto de memória e reparação coletiva para o Brasil

Criada há dez anos, em 2001, por meio de medida provisória, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça passou a integrar em definitivo a estrutura do Estado brasileiro no ano de 2002, com a aprovação de Lei n.º 10.559, que regulamentou o artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Tendo por objetivo promover a reparação de violações a direitos fundamentais praticadas entre 1946 e 1988, a Comissão configura-se em espaço de reencontro do Brasil com seu passado, subvertendo o senso comum da anistia enquanto esquecimento. A Anistia no Brasil significa, a contrário senso, memória. Em seus 10 anos de atuação, o órgão reuniu milhares de páginas de documentação oficial sobre a repressão no Brasil e, ainda, centenas de depoimentos, escritos e orais, das vítimas de tal repressão. E é deste grande reencontro com a história que surgem não apenas os fundamentos para a reparação às violações como, também, a necessária reflexão sobre a importância da não repetição destes atos de arbítrio.

É neste contexto que surge o projeto “Marcas da Memória”, que expande ainda mais a reparação individual em um processo de reflexão e aprendizado coletivo, fomentando iniciativas locais, regionais e nacionais que permitam àqueles que viveram um passado sombrio, ou que a seu estudo se dedicaram, dividir leituras de mundo que permitam a reflexão crítica sobre um tempo que precisa ser lembrado e abordado sob auspícios democráticos. Para atender estes amplos propósitos, as ações do Marcas da Memória estão divididas em quatro campos: a) audiências públicas; b) projetos de coleta de história oral; c) chamadas públicas de fomento à iniciativas da Sociedade Civil, como a que selecionou o presente projeto; d) publicações.

O projeto “Marcas da Memória” reúne depoimentos, sistematiza informações e fomenta iniciativas educativas, intelectuais e culturais que permitam a toda sociedade conhecer o passado e dele extrair lições para o futuro. Seu objetivo é descentralizar do Estado o processo de fomento à memória histórica sobre as violações aos direitos humanos e de cidadania ocorridos no passado, garantindo a insurgência de memórias plurais, que reflitam a diversidade de perspectivas que o povo brasileiro tem de sua própria história.

“ É mais difícil honrar a memória dos anônimos do que a dos renomados. A construção histórica se dedica à memória dos anônimos”

Walter Benjamin

O presente projeto foi apresentado no ano de 2011 à II Chamada Pública do Projeto Marcas da Memória, da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, e selecionado por Comitê independente para fomento. A realização do projeto objetiva atender as missões legais da Comissão de Anistia de promover o direito à reparação, memória e verdade, permitindo que a sociedade civil e os anistiados políticos concretizem seus projetos de memória. Por essa razão, as opiniões e dados contidos na publicação são de responsabilidade de seus organizadores e autores, e não traduzem opiniões do Governo federal, exceto quando expresso em contrário.

realização



Projeto
Marcas da Memória

Comissão de
Anistia

Ministério da
Justiça

